



IBB · ICM · BHI · BTI · BWI
www.bwint.org

FRIEDRICH
EBERT
STIFTUNG

Multinacionais CHINESAS

em

ÁFRICA

Vol. 2 - 2017



'Licitantes privilegiados' para
o 'trabalho de leilão'

As Perspectivas políticas, socioeconómicas e culturais



... e esse mercado se resume a:



Multinacionais **C**hinesas



ÍNDICE



I. AGRADECIMENTOS	3
II. SUMÁRIO.....	4
III. RESUMO HISTÓRICO	5
IV. VISÃO GERAL DO ICM SOBRE MULTINACIONAIS CHINESAS	6
V. AS PROMESSAS DA CHINA NA ÁFRICA: 2016	8
Declaração do Fórum sobre Cooperação China-África	10
VI. INVESTIMENTOS DA CHINA PARA ÁFRICA	17
VII. OS MAIORES PROJECTOS DA CHINA EM AFRICA	19
VIII. FÓRUM GLOBAL SOBRE AS EMN CHINESAS I	26
IX. PLANO DE ACÇÃO GLOBAL DO ICM SOBRE AS EMC	31
X. HISTÓRIAS NA SINDICAÇÃO DO EMN CHINESAS	35
XI. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS DO ICM	41
XII. VISÃO, MISSÃO E OBJECTIVOS DO ICM	42
XIII. CONVERGÊNCIA DE ICM.....	44

Desequilibrada?





I. AGRADECIMENTOS



Esta brochura baseia-se no relatório de pesquisa sobre a “China em África: Estudo de Causa sobre as Práticas Trabalhistas das Empresas Chinesas na perspectiva de Trabalho no Sector da Construção Africana”. A pesquisa foi feita pelo ICM em 2013. A brochura contém também as resoluções aprovadas durante o Congresso do ICM em 2015, em Bangkok e extratos de Investimentos Chineses em África: Oportunidade ou Ameaça para os Trabalhadores Africanos?

Estamos gratos pelo apoio incondicional financeiro prestado pelo FES, para a campanha e pelo trabalho em rede de modos que as afiliais possam compartilhar experiências e lições aprendidas sob como organizar e negociar colectivamente com as EMN Chinesas. Agradecemos também os demais afiliados do ICM que contribuíram com questões relacionadas com as Empresas Multinacionais especialmente as EMN Chinesas em África.

II. EXECUTIVE SUMMARY



Existe um acordo entre aqueles que seguem as relações China-África que as empresas Chinesas estatais e privadas tornaram-se grandes investidores em África nos últimos 10 anos. Mesmo as pessoas individuais chinesas estão a investir pequenas quantias em empresas que vão de restaurantes a clínicas de acupuntura. É possível que, nos últimos anos, a China era a maior fonte bilateral de investimento estrangeiro directo anual (IED) em 54 países da África.

Desde a virada do século 21, as empresas chinesas estatais e privadas têm entrado em países africanos, buscando recursos naturais, novos mercados e outras oportunidades de negócios. O comércio da China com o continente tem subido; em 2009, a China ultrapassado os Estados Unidos para se tornar o maior parceiro comercial da África, e até 2014 fluxos ultrapassado comercial dos EUA com o continente por mais de US \$ 120 bilhões. Estas tendências coincidem com uma explosão no optimismo sobre as perspectivas de crescimento económico de África.

Mas agora, com o abrandamento do crescimento económico da China - o seu PIB cresceu 6,9 por cento em 2015, ante 7,3 por cento em 2014 e a menor taxa de crescimento da China visto em 25 anos - as coisas estão a mudar. Recentemente, a estância alfandegária da China relatou que as exportações africanas para a China em 2015 caíram 38 por cento desde 2014. Em novembro de 2015, o Ministério do Comércio da China anunciou uma queda de 40 por cento de ano-em-ano, em investimentos para o continente, o que o jornal de língua Inglesa estatal "China Daily" chamou de "colapso". Como gigante que a economia da China desacelera - ou pior, talvez encabeçando uma aterrissagem difícil - Alguns analistas acreditam que as perspectivas para o continente Africano é sombrio. A queda da moeda da África do Sul, o Rand, é uma manifestação recente de mais dor por vir <http://foreignpolicy.com/2016/02/18/africa>

Mais de 2.000 empresas chinesas investiram em África. A maior parte do investimento foi canalizada para a energia, mineração, construção e indústria transformadora. A China começou a aumentar de forma significativa o seu investimento na África num momento em que as empresas ocidentais, incluindo os Estados Unidos, foram afastando-se da África. A China aproveitou as oportunidades e, em certa medida, preencheu um vazio deixado pelo Ocidente. Mas, porque as empresas ocidentais começaram a investir em África muito antes, os seus investimentos cumulativos excedem muito o IED da China em África <https://africaupclose.wilsoncenter.org/chinas-investments-in-africa/>

O Fórum de Cooperação China África (FOCAC) realizada em Joanesburgo, finais de 2015, em que Xi Jinping prometeu USD \$ 60 bilhões de dólares em financiamento para África, alguns dos quais seriam canalizados para estimular a indústria africana - para continuar a construir e transformar a relação comercial China-África, teve reacções mistas de diferentes partes interessadas. Uma série de temas emergiram do Fórum:

Infraestruturas de desenvolvimento e integração regional: A necessidade de infraestrutura "corredores" e integração regional, notando que a China já está activamente na construção de redes de telecomunicações e ferroviárias.

China como um parceiro responsável: Embora a maioria dos participantes estavam implacavelmente positivos sobre os resultados da cooperação China-África, e há necessidade de uma abordagem mais responsável para a sustentabilidade da dívida e os encargos financeiros gerados por empréstimos chineses. Foi também reconhecido que as empresas chinesas precisam respeitar as leis locais.

Capital humano e infraestrutura imaterial: A infraestrutura material não é suficiente - um número de participantes chineses e africanos manifestaram a necessidade de maior investimento em capital humano, uma maneira para que as empresas chinesas possam "dar a volta" as comunidades locais.

III. BRIEF HISTORICAL OVERVIEW

A China indiscutivelmente apoiou a África, mas a responsabilidade de gerir o envolvimento da China recai sobre o continente. A rápida expansão da China na participação económica e política em África continua a atrair diversas respostas de vários quadrantes. A China tornou-se hoje o maior parceiro comercial dos países africanos e sua influência e os interesses estendem-se por todo o continente.

Em 4 e 5 de Dezembro, a África do Sul recebeu o Presidente Chinês Sr. Xi Jinping, em Joanesburgo para o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC). Notavelmente, indo acima e além da sua tradição de dobrar compromisso de financiamento para a África, em cada reunião do FOCAC, a China *triplicou-o* desta vez. Embora estes compromissos importantes em diferentes frentes foram bem-vindas pelos dirigentes africanos, os observadores das relações China-África fizeram mais perguntas, especialmente sobre a crise das relações económicas Sino-África em 2015 e as implicações dessas promessas renovadas no contexto do desaceleramento da própria económica da China.



Chairman Mao Zedong with Asian, African and Latin American friends in 1959





Em muitos países do mundo inteiro, as multinacionais chinesas estão entre os maiores empregadores neste momento, levando a cabo grandes infraestruturas e outros projectos relacionados à construção. Os esforços para organizar e negociar acordos coletivos foram tomadas e os sindicatos até agora têm tido muitas dificuldades. Embora o ICM tenha experiência no trabalho com as empresas multinacionais europeias (PTM), as EMN chinesas são um desafio diferente por várias razões. Sem tradição de diálogo social, o ICM não pode contar com o apoio e a experiência da filial no país de origem da multinacional e não existem acordos-quadro internacionais. Na maior parte dos projectos de infraestrutura em que os bancos chineses fornecem financiamento e os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento não estão envolvidos, as suas directrizes de contratação não se aplicam directamente.

A propriedade central das Empresas do Estado (conhecida como Empresa Central ou CES) e a propriedade pública das empresas estratégicas do Estado (EPP) estão sujeitos a mecanismos de regulação mais abrangentes, enquanto as empresas privadas não. As empresas de construção chinesas dominantes, todas são Empresas Central (CES), sob o controle dos activos de Supervisão e Administração da Comissão Estadual (SASAC). O Partido Comunista da China (PCC) é o único partido político que governa a China. O Estado subordina-se à liderança política do Partido, embora operem em estruturas separadas. Isto aplica-se na estrutura do sector estatal e público, bem como nas organizações partidárias, incluindo as organizações de massas, a Federação Nacional dos Sindicatos da China (ACFTU), que são regulados pela "dupla liderança" do órgão de administração superior, e da Comissão do CPC (CCPC) ao mesmo nível. O trabalho e o emprego dos membros CCPC nos órgãos de administração das empresas estatais e EC, por exemplo, no Conselho de Administração (CA), o Conselho de Supervisores, e nos Sindicatos garantem mais controle político do partido.

Com essa estrutura, significa que as decisões tomadas pelo Conselho de Administração e Director Executivo, para investir num projeto ou de cooperar com um sindicato internacional, etc., não são decisões puramente económicas, mas precisam considerar as implicações sociais e políticas.

É importante compreender os diferentes níveis de preocupações do Partido e do Estado na promoção da globalização das EMN Chinesas. É importante também identificar os interesses em termos de regulamentos corporativos que são comuns nos sindicatos internacionais e nas necessidades internas do Partido e do Estado.

Sobre as Normas Trabalhistas

Não existe nenhuma indicação de que o governo chinês pretende ratificar as convenções da OIT de 87 e 98. O governo chinês ratificou o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC), em 1997, com reserva na disposição sobre a liberdade de associação. A liberdade de associação está escrita na Constituição Chinesa com a cláusula sobre o direito à greve removida na alteração de 1982. A CPC, e a ACFTU (central sindical) e os que lhe seguem, sempre deixaram claro que vão caminhar no seu próprio estilo de Socialismo Chinês, não copiando a democracia ocidental e o sindicalismo.

O Ministério do Comércio (MOFCOM), o Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Confederação Geral dos Sindicatos do Comércio e Indústria de Toda a China emitiram Directrizes para a Gestão de Trabalhadores de Empresas no Exterior com capital chinês. Embora essas directrizes não são obrigatórias, é o primeiro passo para a regulamentação da administração do trabalho, no que foi anteriormente descrito como uma página em branco. As directrizes são aplicáveis a todas as empresas chinesas que investem no exterior e para todos os trabalhadores, incluindo os cidadãos chineses e trabalhadores locais, ou trabalhadores de outra nacionalidade. As "Obrigações das Empresas Chinesas: o Artigo 3.º, as empresas chinesas devem estudar e cumprir rigorosamente as leis trabalhistas da China e do país do projecto".

Em 2003, o Conselho de Estado lançou pela primeira vez a Lei da Avaliação do Impacto Ambiental da China, em relação aos projectos infraestruturais de grande escala na China. Tanto a China Exim como o CDB emitiram directrizes sobre o impacto ambiental e social em 2007. "As instituições bancárias devem fortalecer a gestão de risco ambiental e social para projectos no exterior para que o crédito seja concedido e certificar se os patrocinadores do projeto respeitam as leis e regulamentos aplicáveis na matéria de protecção ambiental, terra, saúde, segurança, etc., do país ou a jurisdição onde o projecto estiver localizado. A "China Exim é activa em parcerias de financiamento regionais, com os Bancos de Desenvolvimento Asiáticos e Africanos e com o Banco Mundial e, em consequência disso tem de rever as suas normas, a fim de alinhá-los aos dos outros bancos multilaterais. Em alguns projectos financiados pela Corporação Financeira Internacional (IFC), as multinacionais chinesas têm de cumprir os seus Padrões de Desempenho.

A associação comercial nacional de empresas de contratação internacionais, contratação de trabalho e de



O único compromisso do Presidente da China Xi na cimeira foi uma promessa de investimento total de USD 60 bilhões. Como observado acima, o tamanho dessas promessas foi surpreendente, já que a China tinha consistentemente dobrado as suas promessas de financiamento para a África em reuniões anteriores do FOCAC de USD 5 bilhões em 2006, para USD 10 bilhões em 2009 e USD 20 bilhões em 2012. Da mesma forma, é importante notar que, ao contrário das promessas anteriores, que todos tinham um prazo de três anos, a promessa da China desta vez não vem sequer com um. Contudo, uma vez que a próxima reunião do FOCAC é esperado para ser realizado em 2018, a China está susceptível de satisfazer a maior parte dos seus compromissos antes de anunciar de novo.

A diferenças com compromissos passados também se encontram na composição dos compromissos financeiros. Em 2006, a China especificou que os USD 5 bilhões consistiam de USD 3 de empréstimos concessionais e USD 2 em crédito para compradores. Em 2009, os USD 10 bilhões, na sua totalidade foi para empréstimos concessionais. Em 2012, a contribuição da China mudou para USD 20 bilhões de empréstimos. E, desta vez, os USD 60 mil milhões estão definidos a uma maior abrangência como investimento, "Incluindo USD 5 bilhões para doações e empréstimos sem juros, USD 35 bilhões para empréstimos concessionais e de crédito do comprador, e o resto como financiamento comercial. A diversificação do perfólio envia várias mensagens: 1) A China está mais confiante no futuro económico do continente Africano; 2) China está se tornando mais agressiva relativamente a sua entrada financeira em África; e 3) os activos detidos pela China no terreno em África tendem a crescer.

A China destaca novos sectores de cooperação e minimiza os recursos naturais africanos.

Na cimeira, Xi propôs 10 planos gerais de cooperação Sino-África, abrangendo quase todos os aspectos dos seus laços económicos: indústria, agricultura, infraestrutura, meio ambiente, facilitação de comércio, redução da pobreza, e de saúde pública. A direcção geral se encaixa no reajuste da política africana da China desde a posse do presidente Xi. "A cooperação da capacidade industrial" e a "complementaridade estratégica" tornaram-se as duas palavras-chave para aspiração económica da China em África. Sob a própria reestruturação económica da China e aspiração da África para a industrialização, modernização e urbanização, a China está interessada em mudar suas indústrias de trabalho intensivo para a África. Essa cooperação da capacidade industrial deverá ser complementada pela exportação de excesso de capacidade da China para apoiar projectos de infraestruturas africanas e capacitação através de assistência técnica, formação profissional e programas de bolsas.

Surpreendentemente, os recursos naturais quase desapareceram completamente das declarações políticas da China neste momento. Xi só mencionou os recursos naturais, uma vez no seu longo discurso - e apenas em referência à abundante dotação económica em África e o futuro promissor. Da mesma forma, na longa elaboração sobre a forma como a China planeia implementar estas novas medidas económicas e comerciais, o Vice-Ministro chinês do Comércio, optou por se concentrar em como desenvolver e expandir os recursos não-exportáveis da África. Nem oficialmente foi feita qualquer referência ao investimento e cooperação da China com a África nos sectores de recursos.

Esta escassez de referências não está de um modo geral, em linha com o importante papel que os recursos naturais têm desempenhado nas importações da China a partir de África. Em Novembro de 2015, a maioria das exportações africanas para a China foram em recursos naturais. De acordo com as estatísticas dos serviços aduaneiros chineses, o petróleo bruto, minério de ferro, diamantes e produtos agrícolas juntos representaram 56,5 por cento das importações chinesas de África durante os três primeiros trimestres de 2015. E este número está na extremidade baixa, porque a demanda da China por matérias-primas tem sido suprimida pela sua desaceleração da economia este ano. Neste sentido, a intenção de minimizar a importância dos recursos naturais no comércio Sino-África, na sua manifestação política da China é clara. Dada a imagem negativa associada com o grande papel desempenhado pelos recursos naturais africanos nas relações económicas sino-África, tal aspiração é compreensível.



Sob as mudanças das relações sino-Africana, o que realmente significam essas promessas?

A industrialização, a diversificação do comércio, o desenvolvimento de infraestrutura e integração económica regional são todos, ingredientes certos para o futuro económico sólido da África. No entanto, no curto prazo, à luz da própria desaceleração económica da China, questões existem sobre as implicações dos laços económicos da China com África e para a sustentabilidade dos compromissos financeiros da China.

Em primeiro lugar, um círculo precisa ser endireitado entre as grandes promessas da China e a recente crise das relações económicas Sino-África. Esta crise manifestou-se não só através da diminuição do comércio Sino-África, mas também em queda brusca do investimento da China em direcção ao continente. De acordo com os dados do Ministério do Comércio da China, o comércio caiu 18 por cento nos primeiros nove meses de 2015 em relação ao ano anterior, o maior declínio no comércio da China com a África nos últimos anos. No lado do investimento, o Ministério do Comércio apenas revelou no mês passado que o investimento directo da China em África ficou em USD \$ 1,19 bilhões no primeiro semestre de 2014, caindo mais de 40 por cento ano após ano. A desaceleração está atribuída à lenta recuperação económica global, as flutuações dos produtos internacionais, e ao surto de Ébola.

Se a queda, quer no comércio e, como no investimento representa apenas uma flutuação de curto prazo ou uma tendência de longo prazo continua a ser observado. O Vice-Ministro chinês do comércio disse estar "Confiante sobre o comércio China-África" por causa do desenvolvimento positivo em África, incluindo a sua crescente população, daí a sua força de trabalho e potencial de mercado. Portanto, conhecesse-se amplamente que a própria desaceleração económica da China suprimiu a sua demanda interna de matérias-primas, o que explica a grande queda de 39,3 por cento das importações da China de África a partir de Janeiro a Setembro passado. As novas iniciativas anunciadas por Xi, se forem bem implementadas, terão o potencial de melhorar a imagem, a longo prazo. Portanto, no curto prazo, a forma das relações económicas Sino-África dependerá em grande parte da própria recuperação económica da China, que ainda tem algumas grandes incertezas para dizer o mínimo.

Em segundo lugar, a velha questão sobre os prazos de pagamento de empréstimos chineses permanece. A maioria do financiamento chinês em África não são concessões gratuitas, mas sim, empréstimos e investimentos. No passado, muitos dos contratos de empréstimo tinha sido apoiado por recursos naturais da África, como mostrado pelo famoso modelo de Angola. Actualmente, como mencionado acima, a China está a tentar minimizar o papel dos recursos naturais nas relações Sino-África e evoluir para novos modelos de cooperação económica. No entanto, apesar da boa lógica, surge uma questão fundamental: Se os empréstimos chineses não são mais garantidos ou pagos com os recursos africanos, com quem estão eles a garantir e pagar?

Não há consenso sobre a resposta mesmo entre os analistas chineses. Alguns parecem estar confiantes de que o crescimento do PIB e da receita fiscal a ser gerado pelos projectos de infraestrutura, industrialização e facilitação de comércio na África irá gradualmente levar a um ciclo saudável de pagamento de empréstimos chineses. Todavia, muitos outros estão céticos e vêem esse cenário como um jogo longo e excessivamente optimista. Principalmente pela dimensão do financiamento chinês será extremamente difícil para a China abandonar completamente os recursos nos seus sistemas de financiamento. Outros, curiosamente, têm levantado algumas opções criativas com foco na propriedade de activos no terreno, incluindo a terra.

DECLARAÇÃO DA CIMEIRA DE JOANESBURGOA viabilidade comercial desses acordos económicos é de grande importância para a política doméstica da China. Se não tiver êxito, eles terão potencial suficiente para fazerem mais críticas ao governo chinês, levantando questões sobre a governação e competência de Xi. Na verdade, um artigo muito divulgado na mídia social chinesa no início deste mês exigiu que o Presidente Xi parasse as suas caras visitas estrangeiras, porque ele envia bilhões de dólares para países estrangeiros a todo momento, enquanto se agravam os problemas internos da China (pobreza, meio ambiente, preço da habitação, cuidados médicos, educação). Neste sentido, embora Xi fez grandes compromissos financeiros para a África, a menos que os acordos revelem-se verdadeiramente de mútuo benefício, os custos políticos e económicos nacionais de tais contribuições se tornarão um desafio cada vez mais sério para a China a partir de dentro.

Apesar da desaceleração económica da China e da queda dos preços dos produtos no mercado internacional, a África continua a ser a segunda região que mais cresce atrás da Ásia e alguns países como Moçambique, Etiópia e República Democrática do Congo estão entre as que mais crescem no mundo. O acordo chinês de USD \$ 60 bilhões é uma aposta calculada mas, ousada, do ponto de vista dos países africanos é oportuno e de apoio. Do ponto de vista chinês, a aposta pode ser arriscada por varias razões, mas com certeza vai atar o futuro da China mais próximo da de África.



DECLARAÇÃO DA CIMEIRA DE JOANESBURGO DO FÓRUM DE COOPERAÇÃO CHINA-ÁFRICA December 5th 2015

(Combined Version of Africa and China)

1. Nós, os Chefes de Estado, de Governo e Delegações da República Popular da China e 50 países africanos (indicados no plano em anexo), e do Presidente da Comissão da União Africana, realizada em Joanesburgo, África do Sul nos dias 4 e 5 de Dezembro de 2015 na Cimeira do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), sob o tema “China-África Progredindo Juntos: Cooperação Mutuamente Benéfica para o Desenvolvimento Comum”, para consolidar a solidariedade e a cooperação entre os povos da China e da África.
2. 1Que vimos junto como África, com uma população de 1,1 bilhão de pessoas, e a China, com 1,3 bilhões de pessoas, temos o compromisso de inaugurar um novo modelo para concretizar oportunidades para o desenvolvimento mútuo futuro, e contribuir para a promoção da paz mundial, a estabilidade e o desenvolvimento da África e da China.
3. Ambos os países africanos e a China são os países que enfrentam desafios comuns do desenvolvimento e compartilhamento de amplos interesses comuns em um mundo que está passando e continuará a passar por mudanças profundas e complexas em desenvolvimento. Portanto, cabe a nós continuar a fortalecer a plataforma actual para o diálogo colectivo, consolidar amizade tradicional África-China, aprofundar a colaboração estratégica e melhorar o mecanismo de cooperação prática entre a China e África.

Embora ambos os lados tivessem concordado em actualizar o novo tipo de parceria estratégica mútua e de cooperação solidária e global, e promover uma actualização abrangente da cooperação amigável de mútuos benefícios entre China-África, a ausência de vozes sindicais nestes acordos é uma grande preocupação.

4. Temos o prazer de observar que a FOCAC tem alcançado resultados mutuamente benéficos durante os últimos 15 anos desde a sua criação. Nós recomendamos altamente as principais acções de seguimentos iniciados e executados pela Cimeira de Pequim e as Conferências Ministeriais da FOCAC a este respeito.



5. A cooperação China-África tem sido constantemente enriquecida, abrangendo áreas mais amplas, com maior diversidade de participantes e justamente tornou-se uma marca retumbante para a solidariedade e cooperação entre a China-África e um modelo para liderar a cooperação internacional na África. Neste sentido, congratulamo-nos mais ainda, com apreço os esforços que se desenvolveu justamente para aprofundar os laços estruturados com os organismos regionais, tais como a União Africana e suas estruturas, as Comunidades Económicas Regionais e o Banco Africano de desenvolvimento.

6. Acreditamos que as relações China-África promovem os interesses comuns dos dois povos e continuarão a manter a tendência de crescimento próspero evidenciado nos últimos 15 anos.

7. Com as Nações Unidas (ONU) assinalando o seu 70.º Aniversário, acreditamos que, para salvaguardar os resultados da vitória na 2.ª Guerra Mundial, a justiça e a equidade internacional é vital para a manutenção da paz mundial, a estabilidade e a prosperidade. Expressamos o nosso compromisso de rejeição resoluta de qualquer tentativa de deturpar os resultados da 2.ª Guerra Mundial. Ao mesmo tempo lembrando o flagelo das guerras, destacamos que é nosso dever comum para construir um futuro de paz e desenvolvimento.

8. Acreditamos que, com o desenvolvimento de um mundo caracterizado pela interdependência e conectividade sob a globalização e diversificação em vários níveis, os interesses dos países têm tornado indissociáveis, com um crescente sentimento de destino comum.

9. Podemos sublinhar mantendo os propósitos e os princípios da Carta da ONU, bem como a sua autoridade como a principal instituição nos assuntos internacionais.

Estamos empenhados em reforçar a cooperação, a coordenação e apoio entre os dois lados em organizações internacionais e em mecanismos multilaterais sobre questões regionais e internacionais de interesse comum, avançando conjuntamente a democracia e o Estado de direito nas relações internacionais, defendendo uma ordem equitativa justa e internacional, a fim de construir um mundo harmonioso de paz duradoura e de prosperidade comum.

10. Acreditamos que no meio de complexas e profundas mudanças globais, é preciso concretizar para garantir um sistema internacional de governança que seja justo, equitativo, representante e mais adequado para as realidades políticas do mundo, a fim de manter a paz, a estabilidade e a prosperidade.

11. Portanto, estamos comprometidos com os princípios do multilateralismo, embora se oponha a interferência nos assuntos internos de países e o uso ou ameaça de força nos assuntos internacionais.

Neste sentido, defendemos o estabelecimento de uma ordem internacional com a cooperação de ganha-ganha em seu núcleo para promover um desenvolvimento mais equitativo, justo e razoável e para salvaguardar e aumentar os direitos e interesses legítimos dos países em desenvolvimento.

12. Nós lutamos para defender os fundamentos da posição central da ONU e o papel nos assuntos internacionais, e reafirmar a necessidade de reforma da ONU. Neste sentido, reafirmamos que as injustiças históricas sofridas pelos países africanos devem ser desfeitas, e deve ser dada prioridade ao aumento da representação dos países africanos no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e outras agências.

13. Nós, além disso, ressaltamos a importância da África como um importante, forte, resistente e influente parceiro global e, apesar de ser um participante activo e de igual nos assuntos globais. Neste sentido, reconhecemos o papel crítico da União Africana na resolução de conflitos, prevenção e gestão e elogiamos os esforços dos países africanos, a União Africana e as Comunidades Económicas Regionais para resolver de forma independente os conflitos regionais e



14. Congratulamo-nos com a adopção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável como um plano de desenvolvimento universal, transformador e integrado. Continua a ser importante para os países desenvolvidos honrar os elogios feitos em relação a Agenda 2063, nomeadamente a Meta 17, bem como continuar a cumprir os seus compromissos actuais para garantir a plena implementação da Agenda.

15. Neste sentido, também chamamos a comunidade internacional a prestar maior atenção às questões de desenvolvimento, mostrar sinceridade política e dar prioridade ao apoio à resolução de dificuldades e desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos de África para atingir de forma independente desenvolvimento sustentável. Instamos os países desenvolvidos a honrar os seus compromissos para fornecer ajuda aos países em desenvolvimento, países Africanos, em particular, uma vez que acreditamos que o desequilíbrio Norte-Sul em desenvolvimento é um factor importante que dificulta a forte recuperação e crescimento sustentado da economia mundial.

16. Apoiamos o reforço da Cooperação Sul-Sul e estamos convencidos que a Cooperação China-África é uma manifestação deste modelo. Neste sentido, a China está empenhada em apoiar os esforços da África para implementar a Agenda 2063, o seu Plano de Execução dos Primeiros 10 Anos e NEPAD e acredita que são essenciais para a busca da paz, estabilidade, integração, crescimento e desenvolvimento da África.

17. Nós nos opomos ao proteccionismo comercial em todas as suas formas e somos a favor do avanço da Organização Mundial do Comércio (OMC), das Negociações da Rodada de Desenvolvimento de Doha e salvaguardar e desenvolver uma economia mundial aberta. Congratulamo-nos com a primeira realização da 10.^a Conferência Ministerial da OMC em África, a ter lugar de 15 a 18 Dezembro de 2015, em Nairobi, Quênia, e enfatizamos a importância de uma reunião bem-sucedida em Nairobi que traz resultados tangíveis e significativos no desenvolvimento da agenda para Desenvolver os Países Menos Desenvolvidos.

18. Nós defendemos a reforma necessária do sistema financeiro internacional existente, e o estabelecimento de uma paz justa, sistema internacional equitativo, inclusivo e financeiramente ordenado. Devem ser feitos esforços para aumentar verdadeiramente a voz e a representação dos países em desenvolvimento, particularmente a China e os países Africanos nas instituições financeiras internacionais e no sistema monetário internacional, e reforçar o mandato das instituições financeiras internacionais no desenvolvimento e erradicação da pobreza, em um esforço para estreitar a lacuna Norte-Sul. Nesse sentido, saudamos a criação do Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS, com a Sede em Xangai e do Centro Regional Africano na África do Sul, centrados no apoio ao desenvolvimento em África, em particular em projectos de desenvolvimento sustentável infraestruturas.

19. Nós iremos, em conformidade com os princípios da equidade e “responsabilidades comuns, mas diferenciadas e respectivas capacidades”, apoiar a 21.^a Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações do Clima para adoptar um protocolo, outro instrumento legal ou concordar com um resultado com força legal nos termos da Convenção, que fornece uma solução eficaz para a resposta global às alterações climáticas com meios de implementação exigidas pelos países em desenvolvimento. Afirmamos além disso, a importância de abordar a mitigação e a adaptação de forma equilibrada. A adaptação é igualmente uma responsabilidade global. Afirmamos profundamente que cumprindo o objectivo final da Convenção exigirá o fortalecimento do regime multilateral, baseado em regras e a aplicação urgente e sustentada dos compromissos assumidos no âmbito da Convenção, incluindo a entrada em vigor da Alteração de Doha do 2.^o Período dos Compromisso do Protocolo de Quioto. Nós reconhecemos que a alteração climática está a agravar os desafios existentes na África e está a colocar uma grande pressão sobre os orçamentos nacionais e os esforços dos Estados Africanos para alcançar o desenvolvimento sustentável. Neste contexto, o lado Africano reconhece a iniciativa da China em capitalizar o Fundo de Cooperação China Sul-Sul para apoiar os países africanos a combater as alterações climáticas, a seca e a desertificação



20. We are committed to the path of peaceful development and its contribution to world peace, stability and economic growth, and are of the view that China's economic restructuring and progress will help Africa advance its own industrialization and modernization processes.

21. The African side acknowledges and appreciates the leading efforts and contribution made by China as the first responder to deliver Ebola Virus Disease emergency support to the affected countries.

22. We reaffirm our commitment to the One China policy. Both sides will continue to support each other's efforts to safeguard national sovereignty, security and development interests and to promote the causes of national reunification and regional integration respectively.

23. We support Africa's effective endeavours to safeguard and maintain regional peace and stability, aimed at achieving higher economic growth rates and promoting integration and self-reliance. China believes that Africa is a significant force of politics, economy and culture in the world.

24. We believe that China and Africa's development strategies, are complementary and characterised by mutual benefit, equality, openness, inclusiveness, accountability, and that they demonstrate the possibilities and opportunities of solidarity, mutual support and respect among the developing countries. Therefore, both sides shall explore and fully utilize their comparative strengths to promote and further improve this mutually beneficial cooperation.

25. We solemnly declare that, adhering to the principles of sincerity, practical results, affinity and good faith and the values of friendship, justice and shared interests, both China and Africa are committed to building and developing comprehensive strategic and cooperative partnership featuring political equality and mutual trust, economic cooperation for win-win results, exchanges and mutual learning between Chinese and African civilizations, mutual assistance in security affairs and solidarity and cooperation in international affairs. To this end, we will:

25.1 Remain committed to treating each other as equals and enhancing solidarity and mutual trust. Increase, improve and strengthen dialogue and cooperation between the governments of the two sides at all levels; Respect each other's core interests, accommodate each other's legitimate concerns and aspirations, cement consensus on key strategies; Promote exchanges and cooperation in the judicial, law enforcement and legislative fields; Strengthen China's cooperation with the African countries, the African Union and its structures, the Regional Economic Communities and the African Development Bank to advance the regional integration agenda, to safeguard peace and stability in Africa and to promote the socio-economic development of Africa.

25.2 Adhere to the principle of upholding justice and promoting common interests and common development. Actively pursue cooperation between our industries and develop industrial capacity, and jointly promote the process of industrialization and agricultural modernization in Africa; Focus on strengthening cooperation in infrastructure projects including, but not limited to, railways, highways, regional aviation, power, water supply, information and communication, airport and posts, as well as human resource development cooperation and capacity building; Give priority to promoting mutually beneficial cooperation in agriculture and food security, processing and manufacturing, energy resources, maritime economy, tourism, investment, trade, finance, technology transfer and other fields. We underscore the importance of intensifying cooperation in projects related to beneficiation at source, while enhancing technical and intellectual capacities; Enhance collaboration in the development of industrial production capabilities and value addition by establishing industrial parks and clusters, technology parks, special economic zones (SEZs) and engineering centres providing training for engineering and technical personnel and managers; Actively explore the linkages between China's initiatives of building the Silk Road Economic Belt and 21st Century Maritime Silk Road and Africa's economic integration and sustainable development agenda, and seek more opportunities to promote common development and realize our common dreams.



25.3 Promover a mútua aprendizagem e buscar o progresso harmonioso embora esforços mútuos. partilhar experiências para o desenvolvimento, aprofundar a cooperação em vários campos, como a ajuda ao desenvolvimento, cuidados médicos e saúde pública, educação, erradicação da pobreza, ciência e tecnologia e compartilhamento de conhecimento e de protecção ecológica e ambiental; reconhecer a importância da tecnologia em desenvolvimento e inovação na promoção do crescimento económico dos países africanos em áreas como a mineração e indústria extractiva, produtos farmacêuticos, tecnologia da informação e produtos químicos e petroquímicos, tanto na área de exploração e extracção de recursos naturais e no seu processamento; Fortalecer pessoa-a-pessoa e de intercâmbios culturais e de cooperação entre as duas partes e, em particular, reforçar o intercâmbio de cultura e arte, educação, desporto, turismo, imprensa e mídia, e entre o meio académico, grupos de reflexão, a juventude, as mulheres, os sindicatos e pessoas com deficiência, com vista a aprofundar a compreensão e a amizade entre os povos da China e da África.

25.4 Continuar a apoiar uns aos outros em matéria de segurança e manter a paz e a segurança. Continuamos empenhados em buscar a solução pacífica de controvérsias através do diálogo e consulta, e China apoia a África nos seus esforços para resolver os problemas africanos através de soluções africanas;

Implementar a “Iniciativa de Cooperação China-África de Parceria para a Paz e Segurança”, apoiar a construção do mecanismo de segurança colectiva em África, e gerir conjuntamente questões não-tradicionais de segurança e os desafios globais, tais como, mas não limitados a, a segurança alimentar, a energia segurança, segurança cibernética, alterações climáticas, conservação da biodiversidade, as principais doenças transmissíveis e crimes transnacionais.

Nós condenamos firmemente o terrorismo em todas as suas formas e nos comprometemos a combinar os nossos esforços de forma coordenada e mais eficiente para lutar contra este flagelo que constitui uma ameaça global para a humanidade e os seus valores de paz e tolerância.

25.5 Inabalavelmente coordenar e cooperar uns com os outros e salvaguardar os nossos interesses comuns. Nas Nações Unidas, as instituições financeiras internacionais e outras organizações multilaterais, nós iremos reforçar a coordenação e cooperação em questões regionais e internacionais de interesse comum, e firmemente salvaguardar os interesses comuns da China, África e outros países em desenvolvimento. Os países Africanos apoiam de hospitalidade da China a Cimeira do G20, em 2016 e elogiam o compromisso da China para promover a cooperação entre o G20 e os países africanos. Neste contexto, agradecemos e boas-vindas a comunidade internacional, especialmente os países desenvolvidos, fazendo esforços activos e contribuir para a paz, desenvolvimento e prosperidade da África.

26. Congratulamo-nos com os resultados do 2.º Fórum Ministerial de Desenvolvimento da Saúde entre a China-África e do 5.º Fórum de Negócio China-África, realizada na África do Sul em vários momentos ao longo dos últimos três meses.

27. Louvamos os Ministros participantes da 6.ª Conferência Ministerial do Fórum de Cooperação China-África pelos seus esforços dedicados e excelente trabalho. Neste sentido, temos, no espírito da presente Declaração, aprovar o Plano de Acção de Joanesburgo (2016-2018) do Fórum de Cooperação China-África. Nós nos comprometemos a implementar o Plano de Acção de Joanesburgo e vamos trabalhar para garantir a sua execução bem-sucedida.

28. Expressamos a nossa profunda gratidão a S. Excia. Presidente Jacob Gedleyihlekisa Zuma da República da África do Sul, e S. Excia. Presidente Xi Jinping da República Popular da China, para co-presidir a Cimeira do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), Joanesburgo 2015.

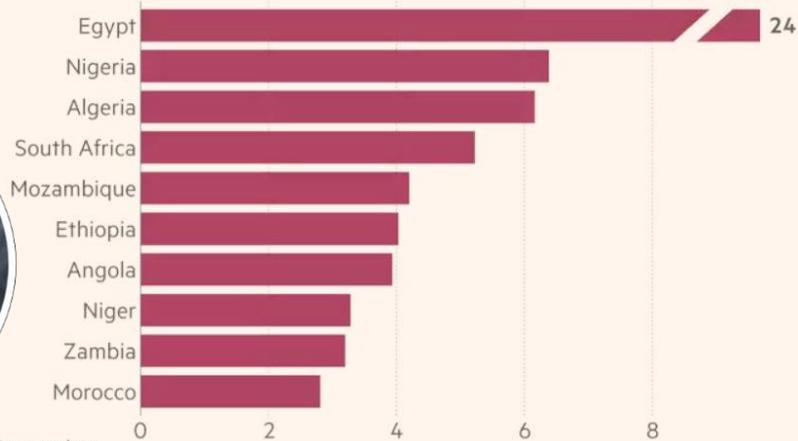
29. Expressamos também a nossa profunda gratidão ao Governo e ao Povo da República da África do Sul pela sua generosa hospitalidade e excelentes instalações durante a Cimeira do Fórum de Cooperação China-África, Joanesburgo 2015.

As Perspectivas políticas,



Top 10 African destinations for Chinese investment

Total capital investment 2003-2017* (\$bn)



*year to date
Source: fDi markets

socioeconómicas e culturais





VI. INVESTIMENTOS DA CHINA PARA ÁFRICA

Em muitos países do mundo, as empresas chinesas de construção estão entre os maiores empregadores, levando a cabo grandes infraestruturas e outros projectos. Enquanto o ICM tem conhecimento e experiência de trabalho com as empresas multinacionais europeias, as empresas chinesas são para o ICM um desafio diferente. Neste contexto, não há tradição de diálogo social. O ICM não pode contar com o apoio e experiências das suas filiais no país de origem da multinacional e não existem Normas de Acordos Internacionais. Os Bancos de Desenvolvimento Multilaterais não estão envolvidos, então as suas directrizes de contratação pública não se aplicam directamente.

Foram realizadas campanhas nos sectores de trabalho das EMN Chinesas em todas as regiões. Os principais sucessos foram notados no Brasil, Chile, Panamá, Índia, Sérvia, Polónia, Gana, Namíbia, Quénia e Senegal.

O reaparecimento da China em África tem sido de interesse para muitos. O seu reaparecimento na África é visto como uma combinação de otimismo, preocupação e perplexidade. Há um intenso debate em torno deste ressurgimento, centrado em duas questões fundamentais: o que motiva o engajamento presente e quais são as suas implicações para o desenvolvimento da África? No entanto, muitos têm argumentado que o envolvimento é aparentemente uma intenção de repetir o que os países ocidentais fizeram há décadas atrás, quando eles exploraram os recursos africanos e governaram do mesmo modo.

Os recentes interesses e investimentos económicos da China na África colocaram as suas relações bilaterais com a África sob escrutínio. Na verdade, os impactos das actividades económicas Chinesas estão a ser sentidos em muitas partes de África. As áreas de impactos incluem o Investimento Directo Estrangeiro (IDE), o financiamento para o desenvolvimento infraestrutural e aumentar os preços dos produtos africanos e a introdução de baixo preço de produtos de hardware electrónico e de telecomunicações.

Os Investimentos da China em África tornaram-se mais diversificados nos últimos anos

Durante a sua visita à União Africana em 2014, O Primeiro-Ministro chinês, o Sr. Li Keqiang anunciou que a China espera alcançar os USD 400 bilhões em volume de comércio com a África e aumentar o seu Investimento Directo no continente, para USD 100 bilhões até 2020. Os investimentos da China servirão principalmente no desenvolvimento de infraestrutura e serem canalizados através de várias agências de crédito chinesas, incluindo o recém-criado Banco dos BRICS. Essa injeção de capital de investimento sustentado da China é obrigado a criar oportunidades em todos os sectores.

Enquanto o petróleo e a exploração mineira continuam a ser um foco importante, o Investimento Estrangeiro Directo chinês (IED) inundou em tudo, desde a fabricação de calçados ao processamento de alimentos. As empresas chinesas também têm feito grandes investimentos em infraestrutura Africanas, tendo como alvo os sectores principais, como telecomunicações, transportes, construção civil, centrais de energia, portos de tratamento de resíduos. Dada a dimensão do défice de infraestrutura da África, esses investimentos representam uma contribuição vital para o desenvolvimento do continente.

O que impulsiona a intensificação desse interesse é o reconhecimento pela China, de que o cenário económico na África mudou profundamente. Ao longo da última década e meia, grande parte da África tem tido um crescimento ininterrupto. Mesmo durante a crise económica mundial, a África revelou-se extremamente resistente, confundindo de igual forma os temores dos decisores políticos africanos e da comunidade internacional de doadores, Os investidores chineses têm sido muito rápidos do que as suas contrapartes em países desenvolvidos para reconhecer — e beneficiarem-se — deste bom desempenho económico.





A maior resistência económica da África não surgiu por acaso. Em grande parte, é resultado das reformas económicas duramente conquistadas. Ao longo das últimas duas décadas, os políticos africanos construíram uma base económica sólida. Entre outras medidas, liberalizaram as políticas comerciais, reduziram as barreiras de entrada para novos negócios, a privatização de muitas empresas estatais, e aumentaram a fiabilidade da infraestrutura crítica, como geração e distribuição de energia eléctrica. A grande escala de investimento a ter lugar agora, na África, não teria sido possível sem tais avanços políticos.

Os investidores chineses estão particularmente bem posicionados em tirar proveito do melhor ambiente económico em África. Uma típica Empresa Chinesa em operação é gerida por uma grande empresa estatal. Estes tendem a não ser as mais eficientes. Mas, têm uma grande vantagem competitiva: eles podem recorrer a crédito subsidiado pelo seu governo endinheirado, permitindo-lhes a concorrência de outras licitações para contratos africanos, não só com outros investidores estrangeiros, mas também com as próprias empresas africanas. Sejam quais forem as suas preocupações sobre a conduta dos investidores estrangeiros, muitos africanos reconhecem os benefícios da sua presença.

Do ponto de vista da África, o investimento chinês – especialmente em infraestrutura básicas – é mais do que bem-vinda. Estima-se que a África sofre um défice de USD 900 bilhões em infraestrutura: sem água potável, estradas para todos os climas, energia adequada e sistema de comunicação confiável, as economias africanas não podem prosperar. O foco da China em investimentos de infraestrutura básica irá lançar as bases para que as crianças sejam capazes de ir para a escola e as empresas ao comércio. Mas a chegada da China vai trazer desafios. Apesar da criação de empregos para muitas pessoas, existem lacunas nas empresas chinesas, como o pobre ambiente de práticas trabalhistas e a competição que trazem para as empresas indígenas. O crescimento dos investimentos chineses, enquanto a África agarra a oportunidade e, uma cooperação de ganhos mútuos irá proporcionar ganhos líquidos positivos para as economias africanas e para o povo nas próximas décadas.

As empresas chinesas precisam agir com responsabilidade, mesmo neste ambiente regulatório negligente. Mas, também é importante para os decisores políticos africanos em assumirem a responsabilidade de proteger os melhores interesses da sua própria sociedade. Entre outras coisas, estes decisores políticos africanos devem garantir que os contratos assinados pelos investidores estrangeiros incluam disposições destinadas a proteger o meio ambiente e a saúde dos trabalhadores africanos.



CHINA - FAZENDO A SUA MARCA NA ÁFRICA ORIENTAL

A África Oriental, que está prestes a se tornar a região de mais rápido crescimento do continente, está a se tornar num destino cada vez mais importante para a China. Além disso, a porta do Leste Africano e desenvolvimento ferroviário está sendo incluído como parte do novo conceito de uma "rota da seda marítima», o que resultará em uma crescente influência geopolítica dentro do Oceano Índico da China.



As últimas Perspectivas Económicas Africanas, apontam para o aumento do crescimento da África Oriental de 5% em 2013 para mais de 7%, em 2014. Prevê-se um desaceleramento para 5,6% em 2015 e um novo aceleração de 6,7% em 2016. Isso significa que vai se tornar numa região do continente de rápido crescimento.



O relatório afirma que a China, em particular, investiu cerca de USD 11,7 bilhões entre 2009 e 2014 em 129 projectos *greenfield*, criando cerca de 48 mil postos de trabalho. O relatório acrescenta que, em 2013-14, uma grande parte deste investimento (USD 4,3 bilhões) concentrados nos países produtores de petróleo e gás da região do Ocidente Africano, embora o capital chinês está a se diversificar em transportes, construção e roupas.

Mas a África Oriental também é o ponto central de grande parte do investimento do país. Em Maio, o Presidente Ismail Omar Djibouti Guelleh revelou que a China estava a tentar desenvolver uma base naval no porto de Obock no norte do estado Africano. Os relatórios indicam que o investimento chinês em projectos de infraestrutura para apoiar o litoral da Etiópia está avaliado em mais de USD 9 bilhões.



“Além disso, o porto do Leste Africano e desenvolvimento ferroviário estão a ser incluídos como parte do novo conceito de uma “Rota da Seda Marítima”, o que resultará numa crescente influência geopolítica dentro do Oceano Índico”. O Professor Ji Guoxing do Centro de Estudos de Segurança Ásia-Pacífico baseada nos Estados Unidos disse numa declaração on-line que um SLOC é importante, como os países do mundo têm dependido da livre passagem de mercadorias através dos mares, e a maioria dos países da Ásia-Pacífico, com a sua estrutura económica orientada para a exportação, têm dependido mais ainda do transporte marítimo.

“Um fluxo ininterrupto de transporte é importante para a sobrevivência e prosperidade dos países da região”, acrescentou. As novas iniciativas da China – o “Cinto Económico ao longo da Rota da Seda” e a “Rota da Seda Marítima do Século XXI” – destinam-se a re-despertar e estabelecer a integração regional na Ásia, bem como impulsionar a globalização económica.

<http://www.businessmedialive.co.za/china-making-its-mark-in-east-africa/>

2. A MARCA DA CHINA NA ÁFRICA AUSTRAL

Mas, com o país a lutar para permanecer no seu alto crescimento, este ano (2015), o Fórum de Cooperação China-África, que acontece em Dezembro na África do Sul será observado de perto para o quão ruim está o mal-estar. À frente de que, com base nas informações da base de dados e outras pesquisas, a M&G Africa procurou os maiores projectos de desenvolvimento de activos e negócios entre África e China, e que custa um mínimo de USD 1 bilhão:



PROJETO	DESCRIÇÃO	VALOR (US\$)
Linha Ferroviária Costeira, Nigéria	Em 2014, a China Railway Construction Corp., assinou um contrato no valor de quase USD 12 bilhões com a Nigéria para construir um caminho-de-ferro ao longo da costa oeste da nação Africana – O único maior contrato da China no exterior. O caminho-de-ferro ao longo do litoral vai estender-se para km 1402, ligando a capital económica da Nigéria, Lagos, no oeste com a cidade de Cabalar, no leste http://mgafrica.com/article	\$12 bilhões
Mini-Cidade, África do Sul	O Grupo imobiliário chinês, Shanghai Zendai está a construir uma mini-cidade de USD 7 bilhões, nos arredores de Joanesburgo, num dos maiores negócios imobiliários feitos por uma empresa chinesa na África do Sul. A Investidora chinesa, Shanghai Zendai lidera o desenvolvimento de 1600 hectares, denominando-o de, o projeto Modderfontein New City. Depois de concluído espera-se que se torna uma mini-cidade com mais de 100.000 residentes. De acordo com o fundador do projecto, o objectivo é transformar a mini-metrópole para uma "Nova York da África" http://mgafrica.com/article	\$7 bilhões
Empreendimento Conjunto entre Fundo Internacional da China e a Guiné, Guiné	A 12 de Outubro de 2009, o Fundo Internacional Chinês (CIF) assinou um acordo com a Guiné para criar uma Companhia Conjunta de investimentos em projectos de desenvolvimento. O projeto é de USD 7 bilhões. O acordo concedeu à Guiné a participação de 25% na recém-criada Corporação de Desenvolvimento da Guiné (GDC). A CIF e a Sonangol (a empresa paraestatal que supervisiona a produção de petróleo e gás natural em Angola) iriam dividir as participações restantes. A CIF foi dada o direito de explorar os recursos minerais e energéticos Guineenses, inexplorados. Em troca, A CIF iria usar algumas das suas receitas para financiar projectos infraestruturais propostos pelo governo Guineense. Todo minério de ferro e minerais associados que cobre uma zona de km2 7,000 cairia agora, sob controlo chinês. No que respeita a bauxita e alumínio, mais de km2 10 000 foram atribuídas a GDC de Mineração, Petróleo e Gás nas regiões de Gaoual, Lélouma, Télimélé, Koundara e Labé. Também foi relatado que a parceria serviria para financiar projectos de energia hidroeléctrica.	\$7 bilhões
Caminho-de-Ferro Chade-Sudão, Regional	André, na fronteira com o Sudão, e Moundou a Ngaoundéré na fronteira com os Camarões. A segunda fase vai ligar Moundou com N'Djamena e ligar a capital do Chade com as regiões fronteiriças. A terceira fase irá ligar a capital do Chade com Abéché e a quarta fase irá ligar Abéché com Nyala, Sudão.	\$5.6 bilhões
Fábricas de Cimento, Regional	Em 2015, a Dangote Cement assinou contratos no valor de USD 4,34 com a empresa Chinesa Sinoma International Engineering Co., para construir fábricas de cimento em toda a África, como expansão da maior empresa cotada da Nigéria. As usinas a serem construídas nos Camarões, Etiópia, Quênia, Mali, Níger, Nigéria, Senegal e Zâmbia, com outra no Nepal, iria acrescentar cerca de 25 milhões de toneladas à capacidade existente da empresa de cerca de 45 milhões de toneladas.	\$4.34 bilhões
Capital para	A China assinou acordos com o Congo-Brazzaville para	\$1.23



Contrato de Reconstrução Nacional, República do Congo	apresentá-los USD 1,225 bilhões para reconstruir partes de Brazzaville que foram destruídas por uma explosão mortal num paiol de munições em Março de 2012. O empréstimo tem um prazo de carência de cinco anos, 20 anos de maturidade, e 0,25% taxa de juro. A maior parte do financiamento será usado para reconstruir áreas arrasadas pelas explosões do 4 de Março em Mpila, a leste da cidade, USD 68 milhões será destinado ao desenvolvimento da rede de telecomunicações do Congo e outros USD 75 milhões foram destinados para a construção de uma estrada no norte do país.	bilhões
Gasoduto Mtwara – Dar-Es-Salam, Tanzânia	Em 2012, o Ministro Tanzaniano das Finanças, o Dr. William Mgimwa, e o Vice-Presidente do Banco ExIm, o Sr. Li Jun, assinaram um contrato de empréstimo de USD 1,2 bilhões, com uma maturidade de 33 anos e taxa de juros de 2%. O empréstimo financia o gasoduto, ligando o campo de gás de Mtwara a Dar-es-Salam. Antes de ter acesso as finanças, a Tanzânia assinou um contrato com três empresas chinesas de construção em julho de 2012. As condutas de gás terão mais de km 500 de comprimento e vai ajudar a impulsionar o fornecimento de energia à cidade capital	\$1.03 bilhões
Contrato para Energia Térmica, Zimbabwe	Em julho de 2015, a empresa do Zimbabwe, PER Lusulu Power, assinou um acordo de USD 1,1 bilhões com a China State Construction Engineering Corporation (CSCEC) para construir uma usina térmica de 600 mega watts, um passo que irá atenuar os cortes de energia no país.	\$1.1 bilhões
Porto de Águas Profundas, Camarões	Os Camarões assinaram um acordo com a China Harbor Engineering Company Ltd para o único porto de águas profundas do país, que pode acomodar os maiores navios de comércio intercontinentais. O valor do contrato para a primeira fase foi de USD 568 milhões, dos quais 85% foi fornecido como um empréstimo preferencial da China Export-Import Bank e 15% foram pagos pelo governo camaronês. Os custos de construção final estavam estimados em USD 1 bilhão.	\$1 bilhões
Padrão de Linha Férrea de Bitola, Quênia	Em fevereiro de 2015, começaram os trabalhos no maior investimento do Quênia em infraestrutura ferroviária, desde que ganhou independência da Grã-Bretanha em 1963. O Banco Export-Import da China financia 90% da ferrovia, cerca de USD 3,8 bilhões, que ligará Nairóbi à Mombaça, o maior porto da África Oriental. Está prevista para ser concluída até 2017. http://mgafrica.com/article	\$3.4 bilhões

1. PROJECTO DE INFRAESTRUTURA DO SENEGAL

Em 31 de Dezembro de 2015, o Presidente Macky Sall anunciou que em 2016, começará o trabalho das infraestruturas do Comboio Regional Expresso (TER) Dakar - Diamniadio - Aibd, que é o primeiro serviço ferroviário de alta velocidade do Senegal. O proponente felizardo será conhecido na próxima semana enquanto as obras poderiam começar em Agosto ou Setembro próximo. Este será o projecto mais caro já implementado pela APIX (Agencia de Promoção do Investimento e Grandes Projectos), que cai sob a Presidência e o Departamento de Transporte Ferroviário e do Desenvolvimento Rural. A empresa chinesa China Railway Construction Corporation (CRCC) é o licitante mais barato para as escavações e a colocação das faixas para a secção de 36 km de Dakar-Diamniadio. A CRCC está a cobrar 134 bilhões de Francos CFA, enquanto o consórcio composto pela Eiffage-France-Eiffage



Senegal, CSE e a Yapi (uma empresa turca) propõe 274 bilhões de Francos CFA, que representa uma diferença de 140 bilhões de F CFA. O Comboio (TER) servirá 14 estações cuja construção foi concedida exclusivamente as empresas senegalesas (de acordo com uma promessa feita pelo Chefe de Estado) vai custar 28 bilhões de F CFA. O Comboio (TER) irá transportar até 115.000 passageiros por dia, de Dakar para o Aeroporto Internacional Blaise Diagne em menos de 45 minutos. Mas, a CRCC não tem uma boa imprensa. Todos os anos, a CRCC diz que vai colocar 1000 km de pista na China, mas ainda tem algumas deficiências.

Na Argélia, a empresa está a se esforçar para construir uma auto-estrada de Km 1.216 de leste a oeste, no valor de USD 11,4 bilhões (aproximadamente 6000 bilhões de Francos CFA). As obras que começaram em 2006, deveriam estar concluídas em 2009.

No México, o projecto do comboio de alta velocidade destinado a ligar as cidades do México à cidade industrial de Queretaro, estimado em USD 3,75 bilhões (mais de 1,875 bilhões de Franco CFA) foi concedida a CRCC e outras empresas mexicanas. O concurso foi cancelado em 2014 por causa de um escândalo financeiro.

No Senegal, a CRCC é responsável por restaurar a parte Dakar - Kidira. Fora dos CFA F 450 bilhões que vai custar o projecto Dakar - Diamniadio - Aibd, as empresas europeias e/ou senegalesas receberão uma parte, no valor de mais de CFA F 310 bilhões. No que diz respeito as autoridades, eles prometem total transparência na adjudicação final destes contratos. Sessenta empresas participaram da licitação, e estamos a espera da resposta na próxima semana.



MALI SIGNS \$1.5 bln RAIL DEAL

China Railway Construction Corp to develop rail links with Senegal



NOVOS PROJECTOS DA CHINA NO MÉDIO ORIENTE

A Jordânia e a China na Quinta-feira, 10 de Setembro de 2015 anunciaram a assinatura de uma série de acordos de investimentos no valor de mais de USD 7 bilhões. Os acordos foram assinados à margem da Expo 2015 China-Estados Árabes, em Yinchuan, capital da região autônoma de Ningxia Hui, que foi inaugurada quinta-feira na presença de Sua Majestade o Rei Abdullah, que abriu o pavilhão da Jordânia.

Os acordos incluem um projecto de USD 1,7 bilhões para construir a primeira usina de óleo de xisto da Jordânia na área de Attarat, no sul do Reino, para produzir cerca de 900 MW de electricidade.

O acordo, assinado em Pequim, na quarta-feira na presença do Rei Abdullah, estipula que um consórcio de empresas chinesas e Al Lajjun Oil Shale da Jordânia vai construir a estação de energia no Southern Governorate de Karak, de acordo com o Comissário do Conselho de Investimento da Jordânia, Montaser Oklah.

Outro acordo importante foi um investimento de USD 2,8 bilhões para construir a rede ferroviária nacional, além de um acordo com a Hanergy Giant of China para construir uma usina de energia renovável 1.000 mega watts, a um custo de quase USD 1 bilhão, disse Oklah. .



O projeto de construção do Hospital Psiquiátrico de Al-Amal – Dubai, Emirados Árabes Unidos



VIII. FÓRUM GLOBAL SOBRE AS EMN CHINESAS I

GLOBAL FORUM ON CHINESE MNCs I

“Towards a Global Action Plan for Trade Union Building in Chinese MNCs”
30 November – 1 December 2015, Johannesburg South Africa

Summary

O ICM realizou o seu 1.º Fórum Global sobre as EMN Chinesas na mesma semana em que se realizava a Cimeira de Cooperação China-Africa para enviar uma mensagem clara de que o Trabalho Decente deve ser um elemento central nas relações económicas e empresas.

A Cimeira do Fórum de Cooperação China-África chegou e passou com muitas promessas optimistas, feitas pela China à África.

De facto a China comprometeu-se com um apoio financeiro à África de USD 60 mil milhões. Embora ambos os lados tivessem concordado em actualizar o novo tipo de mútua parceria estratégica e de cooperação solidária e global, e promover uma actualização abrangente da cooperação amigável de mútuos benefícios entre China-África, a ausência de vozes sindicais nestes acordos é uma grande preocupação.

A China é agora o maior parceiro comercial da África uma vez que o valor do comércio passou de cerca de USD 10 bilhões em 2000, para mais de USD 198 bilhões em 2012 e no ano passado foi projetado a atingir os USD 220 bilhões. Também foi discutido que seis das 10 principais empreiteiras do mundo são chinesas, na quais, os afiliados do ICM encontraram-os de Fiji ao Gana, do Paquistão ao Equador e da Namíbia até Zâmbia, Zimbabwe, Cazaquistão.

O que significa isto para os trabalhadores e os trabalhadores pobres?

O quadro global dos direitos dos trabalhadores nas EMN Chinesas permanece um desafio, como foi realçado pelos afiliados do ICM da Região da África, Médio Oriente, Ásia-Pacífico e Europa. Os parceiros do ICM e as organizações internacionais como a OIT, International Rivers e as Federações Sindicais Sul-Africanas, que compartilham experiências desde a 1.ª Conferência Global sobre as EMN Chinesas, que o ICM e seus afiliados têm pontuações de engajamento com as multinacionais chinesas entre outros, tem algumas vitórias, tendo resolvido problemas e disputas e mesmo assim, assinando acordos de negociação colectiva com algumas empresas. Mas, temos sobretudo uma imagem de “défices de trabalho decente”, onde os direitos dos trabalhadores são violados, onde a segurança social não é incluída, a transferência de capacidades é limitada, os padrões de higiene e segurança são ignorados, os sindicatos estão divididos, e as leis trabalhistas nacionais são violadas.

O ICM e seus afiliados desenvolvem estratégias para envolver os governos e as EMN Chinesas para que ambos levem o trabalho decente e os direitos dos trabalhadores como um elemento central das suas decisões e acordos. O ICM afirma que não deve haver “exploração dos trabalhadores para o desenvolvimento”

Como um evento paralelo a Reunião do "Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) a ser realizado em Joanesburgo, África do Sul de 4 - 5 de Dezembro de 2015, o ICM para a Região da África e Médio Oriente organizou o Primeiro Fórum Global do ICM sobre as EMN Chinesas, no Hotel Parktonian em Braamfontein, de 30 de Novembro - 1.º de Dezembro de 2015, sob o tema: "Rumo ao Plano de Acção Global para os Sindicatos nas EMN Chinesas".

O Fórum reuniu 40 participantes de 22 países representando os sindicatos nos sectores do ICM da África e MENA, Ásia e Pacífico, Europa, funcionários do ICM de Genebra e da região e representantes da IndustriALL, líderes de Federações da África do Sul, COSATU, NACTU e FEDUSA, especialistas da OIT, formuladores de política e estratégia de ONG's, como a International Rivers e parceiros de Trabalho.

Participants at the Global Forum on Chinese MNCs



Os objectivos do Fórum foram:

1. Os participantes devem ter conhecimento comparativo das operações e da situação dos sindicatos nas EMN Chinesas ao redor do mundo.
2. O público seja informado sobre os desafios e outras questões e preocupações relacionadas com trabalhadores nas EMN Chinesas, visto que a África do Sul vai sediar a Cimeira do Fórum de Cooperação China e África Cooperação (FOCAC).
3. O ICM avaliou o seu trabalho sobre as EMN Chinesas e elaborou um plano estratégico global para a organizar e engajar.



A cerimónia de abertura do Fórum começou às 09:20 e foi presidida pelo Cda. Piet Matosa, Presidente da AFRECO e Presidente do Grupo de Trabalho do ICM sobre as EMN Chinesas e Moderado pela Cda. Crecentia Mofokeng, Representante Regional para África e Médio Oriente.

O primeiro orador, o Secretário-Geral da NACTU, o Cda. Moloto Narius, representando os afiliados do ICM na África do Sul deu Saudações calorosas a todos os participantes, em nome do Movimento Trabalhista da África do Sul. Ele destacou a importância do tema do encontro para os trabalhadores, não só em África, mas também para o resto do mundo. Ele afirmou que o movimento sindical não deve se comprometer quando os direitos dos trabalhadores são violados seja por uma empresa local ou qualquer outra empresa multinacional. Ele terminou, observando que a amizade entre a China e os países Africanos não deve ser em desvantagem dos trabalhadores.

Nas suas observações de abertura do Grupo de Trabalho do ICM sobre as EMN Chinesas, o Presidente Piet Matosa reconheceu a presença de distintas personalidades no primeiro Fórum Global sobre as EMN Chinesas, relativamente a história do envolvimento do ICM nas EMN Chinesas.

Quando a África começou a ter experiências de lutas contra as Empresas Multinacionais Chinesas e abordar a questão na agenda do Conselho Mundial do ICM, pensamos que fosse somente em África que estavam a enfrentar desafios na luta contra as Empresas Multinacionais Chinesas. Ele disse que este encontro vai nos mostrar que a luta contra as Empresas Multinacionais Chinesas tornou-se uma agenda global; Há problemas em todos os lugares do mundo porque as Multinacionais Chinesas estão a ganhar as licitações de grandes projectos de infraestruturas a nível global.

Para o Sr. Piet Matosa, como nos reunimos na África do Sul, justamente uma semana antes do início da FOCAC, o ICM deseja enviar uma mensagem clara para os governos africanos que, como eles lidam com a China, o Trabalho Decente e os Direitos dos Trabalhadores devem ser topo na lista da agenda das discussões da FOCAC 2015.

Ao desejar debates e deliberações animadas durante os dois dias, o Presidente mostrou-se esperançoso que os participantes trocariam as melhores práticas dos diferentes países e desenvolveriam uma acção orientada para o Plano Estratégico Global em organizar as Empresas Multinacionais Chinesas, cujos resultados seriam revistos no Congresso Global do ICM, em Durban 2017. Após estas pequenas observações, ele declarou o Fórum Global do ICM sobre EMN Chinesas oficialmente aberto.

Após a sessão de abertura a Cda. Crecentia Mofokeng apresentou a Agenda do Fórum aos participantes com foco sobre os principais objectivos e resultados esperados.

Painel 1 Multinacionais Chinesas como Actor das Relações Económicas e Laborais: Potencialidades e Desafios

O primeiro painel do Fórum foi o mais técnico, onde os peritos de Trabalho da OIT e especialistas relevantes da International Rivers e do ICM, abordaram os participantes através das ferramentas existentes, estatísticas, política e estratégias desenvolvidas pela OIT, ONG e ICM para apoiar os sindicatos a nível Global, Regional e Nacionais para enfrentar os desafios causados pelo investimento da China em África e no resto do globo.

Sra. Inviolata Chinyangarara, especialista sénior: Actividades dos trabalhadores pela OIT/ Equipa de Trabalho Decente, apresentou em **Declaração Tripartida sobre os Princípios das Empresas Multinacionais e a Política Social (Declaração das Empresas Multinacionais): Relevância, Desafios e Perspectivas para sua PLENA Execução nas EMN Chinesas e nas Cadeias de Fornecimento**



Através deste tópico, a Sra. Inviolata delineou 5 questões importantes para os sindicatos levarem em conta ao engajarem as EMN Chinesas:

- A ascensão do investimento chinês globalmente e em África;
- Declaração da OIT sobre as Empresas Multinacionais, Normas Internacionais do Trabalho (ILS) e a Agenda de Trabalho Decente
- Ratificações das Normas Internacionais do Trabalho (ILS) para a China e as Leis Laborais de 2008 na China
- Formas de Funcionamento das EMN Chinesas
- Como os afiliados do ICM podem usar a Declaração das Empresas Multinacionais a nível Global, Regional, Nacional e a nível de Empresa.

A Sra. Inviolata terminou a sua apresentação propondo o ponto sobre as acções concretas que o ICM e os afiliados devem comprometer-se a nível global, regional, nacional e corporativo.

Os segundo orador do Painel 1, Sra. Rudo Sanyanga, Directora do Programa para a África da International Rivers, compartilhou as Lições sobre a Política Chinesa para Financiar Investimentos em África

A Sra. Rudo começou por apresentar a International Rivers, que foi formada em 1985 com os objectivos de:

- Proteger os rios e as comunidades que delas dependem
- Fazer campanha contra barragens destrutivas e promover soluções de água e energia para um mundo justo e sustentável

Em seguida, ela observou que as empresas chinesas e os bancos são construtores da barragens a nível global: Natureza dos projectos tendem a estar concentradas em petróleo, extracção mineral, grandes infraestruturas tais como barragens hidroeléctricas e agricultura.

As Empresas chinesas de construção de barragens têm agora cerca de 50-60% do mercado de construção de barragens do mundo. Mais de 300 projectos em 70 países; Sudeste Asiático, Sul da Ásia (principalmente Paquistão e Nepal), África (40), América Latina e Europa Oriental.

Problemas: Os projectos associados a degradação ambiental e conflitos sociais (principalmente direitos e condições de trabalho).

Depois de algumas averiguações sobre o estudo de análise comparativa e algumas lições aprendidas dos projectos de barragens Rudo Sanyanga terminou a sua comunicação com algumas recomendações políticas que poderiam apoiar os Governos e as Organizações da Sociedade Civil, como sindicatos para extinguir o dano de investimento da China no ambiente, trabalhadores e comunidades.

A Sra. Jin Sook Lee, Directora de Campanha Global do ICM, apresentou a Campanha Global do ICM sobre O Direito dos Trabalhadores na EMN Chinesas.

Ela começou por destacar que:

- As Projecções Global da Potências Económicas de 2010 a 2050 onde a China é sempre classificada como número um ou número dois,
- A Perspectiva Global para a Construção, na qual mostra que a indústria de construção deve crescer de USD 7,2 trilhões em 2012 para 10 trilhões até 2020
- O Maior Mercado de Construção em 2020, onde a China está a liderar os 15 Maiores Mercados de Construção com 21%, seguido dos EUA, com 15% e 7% para a Índia
- A Contribuição para o Crescimento Global da Construção também liderado pela China com 28% a frente dos EUA com 16% e 10% para a Índia
- Nas 11 maiores Empresas de Construção para 2015, 6 são Chineses, incluindo as 3 primeiras.

Em seguida, a Directora de Campanha Global do ICM declarou como o ICM é uma organização justa ao organizar as EMN Chinesas.

O ICM tem 6 etapas para organização das EMN Chinesas: .



1. Inicialmente, passo I liderado pela África e a Região da MENA.
2. Principais área de discussão na Conferência Global do ICM sobre as EMN, em Madrid (Outubro de 2011)
3. Mapeamento Global Chineses
Publicação: Grande passo em frente
Pesquisa sobre Estudos de Casos
4. Resolução no Congresso Mundial do ICM (Dezembro de 2103, em Banguécoque)
5. Grupo Ad Hoc de Trabalho sobre as EMN Chinesas
6. Desenvolvimento de Campanha Sino hydro

Painel 2 O Papel das Federações da África do Sul no sentido de Garantir as EMN Chinesas a Respeitarem os Direitos dos Trabalhadores

No Painel 2, moderado pelo Sr. Jeremias Timana do SINTICIM-Moçambique, os representantes das Federações Sindicais da África do Sul, COSATU, NACTU e FEDUSA demonstraram o seu papel e contribuição no sentido de garantir o respeito dos direitos dos trabalhadores, independentemente da origem das EMN's.

As 3 federações reconheceram que, organizar as EMN Chinesas é um desafio para os seus membros dos sindicatos do ramo da indústria, mas a luta não deve se concentrar apenas nas empresas chinesas.

Joseph Maqhekeni, Presidente da NACTU compartilhou a experiência da sua federação que aberta para discussões de alto nível e reuniões com o governo da África do Sul sobre a questão sobre as multinacionais chinesas. Ele também representou a África do Sul na Reunião de assuntos Laborais dos BRICS, onde os sindicatos estão a envolver os seus governos para garantir melhores condições de trabalho ao assinarem qualquer acordo com qualquer parceiro.

Como representantes do único país dos BRICS na África, os participantes do Fórum exortaram as Federações a desempenhar um papel preponderante para a protecção dos direitos dos trabalhadores em EMN's originárias dos países dos BRICS.

Antes de irmos para o almoço foi feita uma fotografia em grupo para a posteridade

Painel 3 ICM e as EMN Chinesas pela África

O terceiro Painel do dia, depois do almoço foi um talk-show moderado pelo Secretário da Educação do ICM com a participação de dirigentes sindicais experientes do Zimbabwe, Gana, Uganda e Namíbia.

Nesta sessão é evidente que, apesar dos desafios dos afiliados do ICM foram capazes de organizar cerca de 30 EMN Chinesas no Gana, a nível de empresa e assinaram acordos a nível nacional, 7 EMN Chinesas foram organizadas na Namíbia com CBA's em negociação, 18 EMN Chinesas organizadas no Uganda com 1 CBA com a Sino-Hidro. 20 EMN Chinesas que operam na Etiópia com 3 CBA's assinados no sector de cimento. Pelo menos 1 EMN Chinesa está organizada na Nigéria, Quênia, Tanzânia, Zimbabwe, Moçambique e Togo

As estratégias de organização diferem de um país para o outro e o conteúdo das CBA's estão relacionadas a:

- Liberdade de associação
- Questões da SST
- Salários
- Condições de trabalho
- Protecção social



- Horas de trabalho
- Transporte
- Bonos para almoço

Painel 4 ICM e as EMN Chinesas na Europa, Ásia e América Latina

O último painel do dia foi moderado pelo Sr. Joe Macharia, do Sindicato de Construção do Quênia, ele mostrou-nos que a organização em EMN Chinesas não é um desafio apenas para os sindicatos da África e Oriente Médio, mas também para todos os afiliados do ICM noutras regiões.

Da região da Europa, Sr. Pavel Trendafilov, Presidente da TUCEICMPRM da Macedónia compartilhou a experiência do seu sindicato que é o primeiro na Europa a assinar um MoU com a Sino Hydro, uma EMN Chinesa. Apesar dos desafios que o sindicato tem-se deparado para obter este MoU numa sub-região onde todos os governos da Europa Oriental foram convidados pelo Presidente chinês para a China, para oportunidades de investimento.

As EMN Chinesas têm más práticas, como trazer força de trabalho expatriada, onde o pessoal local pode fazer o trabalho. As experiências foram todas quase semelhantes da situação em alguns países africanos.

Sr. Edward Miller, relator para a Ásia-Pacífico destacou o surgimento de investimento chinês na região, que tomar outro desenvolvimento ocidental tradicional.

O estudo comparativo com as instituições financeiras tradicionais confirmou as estatísticas e as projecções apresentadas por Jin Sook de Manhã sobre o papel da China no Mercado Global da Construção. The comparative survey with tradition financial institutions confirmed the statistics and projections presented by Jin Sook in the Morning about Chine role in the Global Construction market.

Na ausência do Representante da América Latina, o Secretário de Educação, o Sr. Tos Añonuevo compartilhou a experiência da América Latina no painel com o aumento do Investimento chinês nos Sectores de Infraestrutura e Energia.

As principais observações após o debate foram que existiam semelhanças nos desafios e experiências das organização em toda a região. Há uma necessidade de encontrar em conjunto melhores políticas e estratégia para envolver as EMN Chinesas em todos os níveis. As projecções mostram que a influência no nosso sector está a aumentar de modo que os sindicatos precisam encontrar novas estratégias para enfrentar a nova situação.

O segundo dia do fórum foi uma sessão estratégica sobre as realizações sub-regionais e o caminho a seguir para as EMN Chinesas a nível global, regional, nacional e de Empresa. Os resultados para as realizações estão expostos em tabelas na próxima página, e os relativos ao Plano de Acção Global sobre BWI multinacionais chinesas seguem-se nos resultados de 2016.



Plano Estratégico 2014-2017 do ICM

As EMN Chinesas são o principal foco do ICM em 2016. O Plano Estratégico do ICM é parte integrante do Projecto de Organização dos trabalhadores nas MNC's e da Organização dos trabalhadores nos Projectos de Infraestruturas que se encontram nos pilares dos Sindicatos



Sindicatos

- Organizar os trabalhadores nas MNC's
- Organizar trabalhadores em projectos de infraestruturas
- Promover a Certificação Florestal
- Campanhas Globais de Desporto

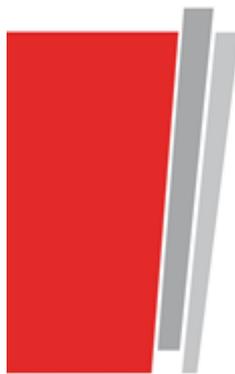
Empregos

- SST
- Campanhas contra o trabalho precário
- Combater a exploração ilegal da madeira

Direitos

- Campanha de defesa dos Direitos Sindicais
- Campanha Global pelos dos Direitos dos trabalhadores migrantes
- Promover igualdade de género e emprego da Juventude.

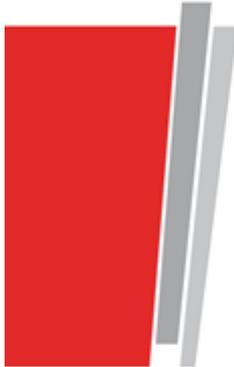
Actividades e Acções Principais para 2016



1. Implementação do Plano Estratégico do 1º Fórum Global sobre as EMN Chinesas.
2. Criação de uma Rede de empresas da Sino Hydro.
3. Acompanhamento sobre as Acções no Paquistão (Projeto da Barragem de Tarbela)... ou seja, reclamações pela OIT.
4. Estabelecimento do grupo de "vigilância de trabalho" (*China Watch*) a nível global.
5. Desenvolvimento de estudos de casos, destacando as violações dos direitos dos trabalhadores à mídia.



Resultados e Realizações Esperadas para 2016



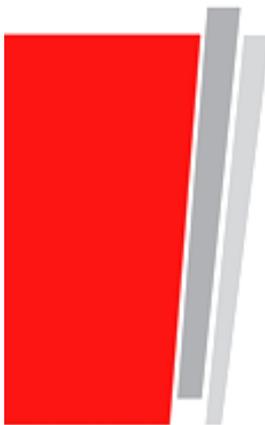
1. Organizar 10.000 novos membros dos trabalhadores em EMN Chinesas.
2. Estabelecer relações com as EMN Chinesas a nível mundial.
3. Dinamizar as Campanhas Globais contra a empresa Sino Hydro.
4. Expor as práticas laborais das EMN Chinesas na mídia.



www.bwint.org

Realizações do Fórum Global

Nível Nacional:



Organização:

- Desenvolver e implementar campanhas de organização, tendo como alvo as EMN Chinesas.
- Desenvolver e implementar campanhas de mídia público focadas em multinacionais chinesas.
- Realizar formações para desenvolver a capacidade dos organizadores, activistas, pesquisadores e outras pessoas de recurso.

Negociação:

- Negociar CBA's ou acordos bilaterais com as EMN Chinesas.
- Monitorizar o cumprimento das Negociações Colectivas e outros Acordos.
- Realizar formações para negociações.
- Advogar com as EMN Chinesas para fazerem parte do conselho nacional de negociação colectiva ou das associações patronais.



www.bwint.org



Políticas Influenciadoras:



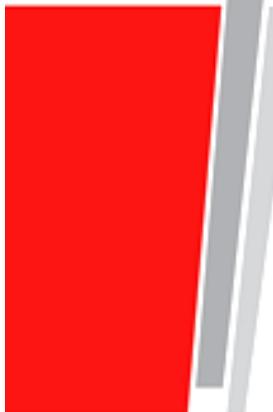
- Engajar e defender os organismos governamentais para a aplicação da legislação laboral nacional e das normas de SST.
- Fazer parcerias com os centros nacionais para defender as cláusulas laborais em acordos de comércio e outros acordos bilaterais com a China.
- Fazer parceria com os centros nacionais para pressionar os governos nacionais, para garantirem que as EMN Chinesas cumpram com as leis trabalhistas nacionais.
- Envolver estrategicamente a mídia nacional para realçar os estudos de caso de Empresas Chinesas que operam a nível nacional.
- Advogar com o governo nacional para incluir os sindicatos no processo de contratação pública.
- Desenvolver relações com outras partes interessadas, com operações EMN Chinesas.



000 - 004 - 071 - 000 - 028
www.bwint.org

Nível Sub-regional e Regional

Organização:



- Trocar informações sobre estratégias de organização.
- Desenvolver redes sub-regionais e regionais.
- Realizar mapeamentos sub-regionais e regionais.
- Criar banco de dados de operações das EMN Chinesas a nível sub-regional e regional

Negociação:

- Compartilhamento de CBA's e outros documentos relevantes.
- Desenvolver estratégias para as negociações sub-regionais e regionais.

Políticas Influenciadoras:

- Engajar em fóruns sindicais e estruturas sub-regionais e regionais.

Nota: O Escritório Regional deverá facilitar a cooperação sub-regional e a coordenação das actividades regionais.



000 - 004 - 071 - 000 - 028
www.bwint.org



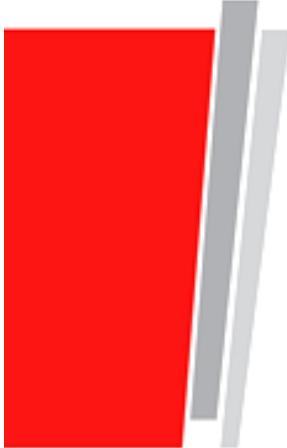
Nível Global

Organização:

- Apoiar os afiliados do ICM para desenvolver a sua capacidade de organizar e oferecer formações se necessário.
- Consolidar as iniciativas de organização do ICM, a nível global.
- Actualizar as pesquisas globais e mapeamento.
- Desenvolver a campanha global da mídia pública destacando trabalho do ICM, bem como as violações das EMN Chinesas.
- Desenvolver uma base de dados a nível global das operações das EMN Chinesas.

Negociação:

- Compilar e consolidar os CBA's a nível global e desenvolver o modelo de CBA's.
- Envolver a China e explorar um possível Memorando de Entendimento o ICM.
- Envolver as companhias Chinesas e explorar IFA's com o ICM.
- Envolver e explorar IFA's com o Banco Chines e as instituições de investimentos.



Políticas Influenciadoras:

- Envolver instituições internacionais (OIT, ONU, CHINCA, Banco Mundial, OCDE, FOCAC, etc.)
- Participar do Fórum sobre o Trabalho dos BRICS
- Explorar o envolvimento com grupos ligados ao meio ambiente e no desenvolvimento internacional.
- Rever e avaliar os acordos bilaterais e regionais entre a China e cada país singular ou grupo de países.
- Como parte da Estratégia interna da China para explorar a Missão à China para
- Estabelecer a brigada de vigilância "*China Watch*".





X. HISTÓRIAS NA SINDICAÇÃO DO EMN CHINESAS

MULTINACIONAIS DOS SETORES DO ICM NA ÁFRICA E NO ORIENTE MÉDIO

O período do congresso 2014-2017 viu sindicatos de diferentes sub-regiões e países contra a violação dos direitos dos trabalhadores, especialmente por multinacionais, incluindo multinacionais chinesas. O foco tem sido nas multinacionais chinesas que dominam a região. Este tem sido o problema desde 2014 e levou a BWI a realizar seu primeiro Fórum Global sobre Multinacionais Chinesas na África do Sul. Isso resultou na formulação de um plano estratégico de engajamento com multinacionais chinesas. Em 2016, a primeira rede regional estratégico das multinacionais chinesas foi estabelecido e sindicatos compartilharam suas frustrações, desafios, sucessos e estratégias de organização e sindicalisation em multinacionais chinesas. Havia também um grande número de membros nas multinacionais chinesas, 30.200 novos membros em 137 multinacionais chinesas, 74 signatários de acordos coletivos e 66 greves em 2016.

Os sindicatos da África Ocidental, África Austral e África Oriental (NUCECFWW, CBMWU, Manwu, UBCCEAWU Malawi, ZCATWU, CLAWUZ, NUBEGW, SINTICIM, UBCCEAWU-Uganda, Quênia construção, TAMICO, Tuico, Etiópia Federação, STECOMA, KQMWU) ter distribuído um total de 43 000 membros em 153 multinacionais chinesas, mais de 60 acordos colectivos seria assinado até o final de outubro de 2017. comparação com 2016 figuras, o número total de membros e As empresas organizadas por esses sindicatos aumentaram. Isso mostra que a China continua a aumentar seus investimentos em África e, apesar dos desafios sindicatos enfrentam, nem tudo é sombrio.

Um dos principais eventos realizados em Abuja de 4 a 5 de Setembro de 2012 foi a pré-conferência sobre empresas multinacionais presidido por Sua Excelência, Ilustre Ameka Nyungo Ministro do Trabalho e Emprego, e no seu discurso de abertura sublinhou alguns dos desafios que a mercado do trabalho enfrenta como resultado da globalização e também a necessidade de continuar a fortalecer o diálogo social, com todos os parceiros sociais, incluindo as organizações sindicais, em busca de soluções.

O Representante da FES, Sr. Tomas Mattig também juntou-se ao Ministro para dar boas vindas aos delegados em Abuja, assim, em nome da FES como financiadores da Conferência, Tomas Matting discursou, destacando o papel da FES na promoção da justiça social, da paz e da democracia em todo o mundo e com a parceria que eles têm com os diferentes parceiros sociais, incluindo movimento trabalhista.

A Conferência observou a situação da Nigéria, onde os filiados ao ICM e os outros parceiros sociais incluindo as Companhias Multinacionais partilharam as experiências da Nigéria, principalmente como têm levado a cabo o diálogo social.

O ponto fulcral da Conferência foi sobre as multinacionais da China, que estão em actividades na região, a oradora convidada para este debate foi a Sra. Monina Wong do escritório da ITUC de Hong Kong. A apresentação de Monina debruçou-se sobre os resultados em destaque e as lições aprendidas com o estudo encarregado pelos Sindicatos Globais sobre as operações e propriedade das empresas chinesas que operam na região e ela recomendou as possíveis estratégias para organizar e participar dessas empresas.

A Sra. Justina Jonas do sindicato MANWU compartilhou a experiência da Namíbia sobre organizar e fazer campanha, para o cumprimento da legislação pelas empresas chinesas,



enquanto o Sr. Pio Quino falou sobre a experiência do Gana em organizar e concluir acordos coletivos de trabalho com as empresas chinesas.

O Sr. Oloka Mesilamu compartilhou a experiência do Uganda, onde os sindicatos têm sido capazes de organizar, participar e estabelecer relações com os outros sindicatos do ramo e com as empresas-mãe de empresas chinesas activas no Uganda.

A Conferência do ICM para a Região da África e Médio Oriente, realizada na Nigéria em 2012 adoptou o seguinte:

Organizar e Fazer Campanhas:

1. Os organizadores sindicais devem aprender a **Língua Chinesa (Mandarim)** para garantir que eles possam envolver os trabalhadores chineses, gestão local e empregadores.
2. Os sindicatos devem **recrutar** activamente **os trabalhadores chineses** para se tornarem membros do sindicato e para serem capazes de defender os seus direitos como trabalhadores migrantes.
3. Os sindicatos também devem estabelecer **relações bilaterais** entre os diferentes países para compartilhar experiências de organização como esforço para generalizar os ganhos obtidos.
4. Os afiliados devem embarcar em **campanhas nacionais agressivas** na organização de multinacionais chinesas.
5. Através de projectos para garantir o cumprimento os sindicatos devem **Formar Alianças** com organizações ambientalistas e com as comunidades afectadas.
6. **Apresentar activamente à Embaixada da China as reclamações** em caso de não-conformidade e corrupção.
7. Estabelecer relações com os sindicatos chineses/ trabalhadores independentes, para compartilhar experiências sobre como os chineses organizam as greves e defendem os direitos dos trabalhadores.

Pesquisa:

8. O ICM deve continuar o trabalho sobre o mapeamento das multinacionais chinesas e o estudo de caso deverá incluir o acompanhamento das investigações para garantir um progresso adequado.

Negociações Colectivas:

9. As filiais devem analisar o salário mínimo e as condições básicas de trabalho para reflectir sobre as questões das mulheres, dos jovens e das normas gerais neles contidos.
10. Continuar as negociações de forma vigorosa com as multinacionais chinesas para o reconhecimento e os ACT.

Políticas Influenciadoras:

11. As filiais devem **envolver os Ministérios do Trabalho** e a **Inspecção do Trabalho** para garantir o cumprimento e os sindicatos devem **iniciar diálogos entre as partes interessadas** de todos os partidos políticos a nível nacional.
12. Usar as estruturas de toda a África, como os Sindicatos da Organização da Unidade Africana (OATUU) e a União Africano (UA), assim como outras influências para engajar os Chefes de Estado Africanos para a pressão na transformação das relações de trabalho perante o Fórum para a Cooperação China-África (FOCAC) em 2015.





13. O ICM e as filiais devem envolver o Órgão Regulador da China – **Supervisão de Ativos do Estado e a Administração da Comissão do Conselho de Estado (SASAC)**, que é delegada pelo Conselho de Estado como o principal órgão regulador da administração das Empresas de Construção (EC); e o Ministério do Comércio (MOFCOM) a observar o trabalho, as cláusulas sociais e ambientais, ou seja, os padrões e a conformidade.
14. O ICM e as suas filiais devem abrir diálogo com a **Associação Internacional de Contratadores Chineses (CHINCA)**, incluindo a entidade individual na Sede da MNC para se registar as reclamações e se estabelecer as relações. O objectivo estratégico é garantir um **Acordo-Quadro Internacional (IFA)**, a longo prazo com as Empresas Multinacionais Chinesas.
15. O ICM deve se engajar a **Confederação Geral dos Sindicatos da China (ACFTU)** de forma proactiva, mas “cautelosamente” para apoiar a nossa causa no cumprimento da legislação trabalhista, a troca de informações e apoiar a nossa obrigação por uma IFA

No Seminário Regional do ICM para a África e Oriente Médio sobre Organizar e Engajar as multinacionais Chinesa na Região da África e Médio Oriente realizado em Dar-es-Salam, Tanzânia em 19-20 de Agosto de 2014, Aprovou o seguinte:

1. Organizar todos os trabalhadores nas Empresas Multinacionais Chinesas independentemente do género, cor e país de origem
2. Negociar 50 ACT abrangendo 25 000 membros
3. Desenvolver uma campanha regional para direccionar as práticas anti-sindicais de trabalhadores e anticomerciais e o comportamento de Empresas Multinacionais Chinesas em África e Médio Oriente
4. Dialogar com os nossos governos sobre os contratos amigáveis de aquisição de trabalhadores
5. Formação e capacitação dos membros a respeito dos seus direitos
6. Fazer pressão aos nossos governos para assegurar que a ajuda do investimento chinês reduza a pobreza e o desemprego e garanta um desenvolvimento económico que beneficie a todos os trabalhadores na África e Oriente Médio
7. Fazer pressão para o uso e o respeito da Declaração da OIT-MNE
8. Pressionar para um Acordo-Quadro Internacional com a entidade chinesa
9. Desenvolver uma forte rede sobre as Empresas Multinacionais Chinesas na Sub-região e Região na África e Oriente Médio
10. Apelar o ICM para desenvolver uma base de dados acessível sobre as Multinacionais Chinesas

Invocar o ICM para mobilizar recursos técnicos e financeiros para garantir o sucesso do nosso programa.

1. Call on BWI to mobilize financial and technical resources to ensure success of our programme.

3rd REGIONAL CONFERENCE Maputo, Mozambique - 2016





COMPOSITE 4: WORKERS RIGHTS IN CHINESE MULTINATIONAL COMPANIES (Previously resolutions 10 & 11)

SUBMITTED BY: BWI WORLD BOARD, Pakistan Federation of Building and Wood Workers (PFBWW),
Pakistan and BWI – Nepal Affiliates Committee (NAC), Nepal

CONSIDERANDO: O comportamento negativo das Companhias Multinacionais Chinesas (MNC) fora da China tornou-se bem conhecido na mídia e resultou em tensões industriais e até mesmo sociais, mas continuam inabaláveis;

CONSIDERANDO: Que os afiliados a nível global do ICM, particularmente na África e no Sul da Ásia têm levantado a questão de como se engajarem com as EMN Chinesas sobre o cumprimento das normas trabalhistas;

CONSIDERANDO: Que a China, na sua mudança estratégica e política para o Sul da Ásia e para a África tornou-se num dos maiores investidores nessas regiões. As EMN Chinesas agora estão competindo com as grandes EMN da Europa, Japão, EUA, Austrália e Coreia. Todas as EMN, incluindo os da China, têm uma responsabilidade social e legal para assegurarem que as normas sejam cumpridas em todas as suas unidades operacionais e que não exista impactos negativos sobre os trabalhadores ou as comunidades circunvizinhas.

CONSIDERANDO: Que as EMN Chinesas em vários países africanos, e no Nepal e Paquistão, têm demonstrado um desrespeito generalizado para os direitos dos trabalhadores e os padrões de trabalho – a discriminação nos salários dos trabalhadores locais e chineses, as precárias condições de moradias, o não-cumprimento das leis trabalhistas locais, a falta de/ inadequada segurança social e as más condições de SST que caracterizam as obras de construção das EMN Chinesas. O Projeto Hidroeléctrico de Neelam-Jhelum, o Projecto Hidroeléctrico do Paquistão e de Melamchi, Nepal são casos em questão, onde estudos sistemáticos também foram realizados. Os trabalhadores foram descaradamente recusados ao direito de se organizarem, participar das actividades sindicais e de negociação coletiva. Aqueles que participam em actividades sindicais foram intimidados e assediados com denúncias e acusações falsas contra a liderança sindical. Os sindicatos na África têm experiências negativas semelhantes e estão em luta constante para se organizarem. Os sindicatos têm agora Acordos Coletivos com algumas EMN chinesas no Gana, Nigéria, Namíbia, Uganda, Quênia, Tanzânia, entre outros.

ACREDITANDO que seja essencial compreender as MNC Chinesas, a diferenciação da MNC Chinesa em questão deve ser notada aquando da elaboração das estratégias de abordagem.
CONSIDERING

CONSIDERANDO: que o Ministério do Comércio (MOFCOM), o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Federação Geral do Comércio e Indústria da China, emitiram orientações para a Gestão dos Empregados no Exterior com financiamento de empresas chinesas, que é aplicável a todas as empresas chinesas que investem no exterior e para todos os trabalhadores, incluindo os cidadãos chineses e trabalhadores locais, ou trabalhadores de outras nacionalidades e que exigem que as empresas “estudem e cumpram rigorosamente as leis trabalhistas da China e do país do projeto”.

CONSIDERANDO: Que o Banco de Importação e Exportação da China (EXIM) e o Banco de Desenvolvimento da China (CDB) emitiram orientações sobre o impacto ambiental e social, em 2007, o que mostra ser um apelo a "fortalecer a gestão sobre o risco ambiental e social para projectos no exterior a fim de ser concedido o crédito e que também se deve certificar os patrocinadores do





projeto para se verificar se respeitam as leis e os regulamentos aplicáveis em matéria de protecção ambiental, terra, saúde, segurança, etc., do país ou da jurisdição onde o projeto estiver localizado".

CONSIDERANDO: que a associação comercial nacional da contratação internacional, contratação de trabalho e empresas de investimento de engenharia chamados de CHINCA emitiram um Guia de Responsabilidade Social para a Indústria Chinesa de Contratação Internacional, em 2010, que fornece um conjunto amplo de princípios onde estipulam que os "mecanismos de negociação do empregador e empregado estejam em de acordo com as leis e práticas locais; comunicações de duas vias".

CONSIDERANDO: que a Empresa proprietária Estatal Central (EC) adoptou a sua própria Responsabilidade Empresarial Social (RSE), políticas e metas, que são definidas pelo escritório sede e divulgados às filiais e fornecedores. Os EC mais estabelecidos são incentivados a participar das Iniciativas Globais sobre a Elaboração de Relatórios (GRI) e assinar o Pacto Global da ONU e desenvolver as directrizes de responsabilidade social da empresa (CSR) e dos programas convergentes com essas ferramentas internacionais.

CONSIDERANDO que as embaixadas chinesas evoluíram como a principal fonte de informação e de agentes de mediação como MOFCOM e as embaixadas locais, desenvolveram mecanismos para relatar e lidar com conflitos e situações de emergência, incluindo as greves trabalhistas (de ambos os trabalhadores chineses e estrangeiros)

OBSERVANDO que a ACFTU e os sindicatos da CE terem sido silenciosos e não responderem sobre as questões laborais sobre os investimentos do estado e que o engajamento da ACFTU com o movimento sindical internacional é limitado às normas de trabalho confortáveis, tais como as agências de trabalho e de segurança social e evitando assim os principais princípios sindicais da liberdade de formar sindicatos, o direito de negociação coletiva e o direito a greve

FINALMENTE NOTANDO que o envolvimento com as EMN Chinesas, com o objectivo de chegar a um acordo-quadro global não é viável neste momento pelo fato de que o envolvimento com a central sindical não é visto como estratégico na abordagem das questões das multinacionais chinesas, uma vez que não têm influência directa em EMN chinesas que operam fora da China e não têm o controlo directo sobre os sindicatos e a negociação coletiva com a CE na China.

SEJA RESOLVIDO QUE:

A nível nacional, o ICM deve desenvolver directrizes e mecanismos de informação sobre a forma como as filiais seriam capaz de engajarem-se em negociações com as EMN chinesas com base nas diversas experiências. Todas as filiais devem relatar ao ICM as diversas actividades, organização e negociação com as EMN chinesas. O ICM convida os seus afiliados a destacarem e relatarem as violações das leis trabalhistas nas obras de construção das EMN chinesas e apresentarem as queixas aos respectivos governos nacionais e à OIT. Embora os sindicatos tenham procurado organizar os trabalhadores através de métodos de recrutamento tradicionais, os afiliados podem adoptar estratégias complementares, tais como:

- Abordar os clientes dos projectos de construção nos ministérios governamentais relevantes para assegurarem o cumprimento das leis laborais nacionais;
- Reunir com altos funcionários da Embaixada da China para documentarem as formas em que as empresas chinesas não vão em de acordo com as leis trabalhistas nacionais; e emitir um comunicado de imprensa posteriormente;
- Reunir com a associação dos empreiteiros nacionais ou a federação da construção para levantar questões da não-conformidade e sobre a concorrência desleal;
- Questionar sobre a não-conformidade pelas empresas chinesas na agenda de reuniões tripartidos do diálogo social sectorial;
- Exercer pressão para que uma entidade independente regule o sector de construção, o que incluiria mecanismos de aplicação do cumprimento para todos os contratantes;
- Lançamento da campanha sobre os direitos dos trabalhadores, em aliança com as várias partes interessadas, incluindo grupos de direitos dos trabalhadores, académicos e as ONG's, se o diálogo não for viável.



A nível internacional, o ICM afirma que todas as EMN, incluindo as EMN Chinesas têm uma responsabilidade social para assegurarem que as condições ou leis locais sejam honradas e também que os mínimos padrões laborais sejam aplicáveis em todas as suas operações e em todos os países. O ICM deve desenvolver estratégias de como usar a arena internacional para pressionar as EMN Chinesas e o governo chinês em conformidade com as normas laborais fundamentais.

- Conselho Universal de Revisão Periódica dos Direitos Humanos ou o acompanhamento do mandato do Relator Especial dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.
- Os Acordos Comerciais Bilaterais entre a China e o único país ou grupo de países, que incluem normas sociais e trabalhistas; os sindicatos devem exercer uma pressão para a inclusão de normas sociais e trabalhistas nos acordos comerciais e também pressionar os seus respectivos governos para que estes possam posteriormente pressionar ao governo chinês e as EMN chinesas a cumprirem e fazerem cumprir essas normas sociais..

Os vários mecanismos de supervisão que podem ser usados na OIT: o Comité de Liberdade Sindical ou as Diretrizes das EMN. A OIT deve exercer forte influência sobre o governo chinês para cumprir com as normas da OIT particularmente na abordagem às questões da agência e trabalhadores contratados no sector da construção.

- Os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (Banco Mundial e Bancos Regionais). O ICM deverá aproveitar esta oportunidade para levantar preocupações sobre a falta de normas sociais e ambientais em projectos financiados pelos chineses.
- Pacto Global e a Iniciativa Global de Notificação [Global Reporting Initiative (GRI)], que pode ser uma avenida para criar pressão sobre as EMN chinesas.
- As ONG's relacionadas com as questões ambientais e de desenvolvimento internacionais que podem ser parceiros nas campanhas contra os impactos negativos dos projectos de infraestrutura chinesas.
- movimento sindical internacional, que deve exercer pressão sobre o ACFTU para tomar medidas sérias para defender os direitos dos trabalhadores dentro e fora da China em particular o direito de organizar sindicatos; o direito de negociação colectiva; e, o direito à greve.

Sobre as acções sindicais directas, o ICM deve reforçar uma base de conhecimentos combinados, fazer campanhas e explorar compromissos para criação pressão. O ICM vai reforçar a cooperação com as diferentes partes interessadas para destacar as violações das leis trabalhistas em obras de construção das EMN chinesas e buscar um comportamento responsável das EMN chinesas e dos governos nacionais através de trabalhos de pressão a nível local, regional e global. Especificamente, este deve incluir:

- O acesso à informação deve ser desenvolvido sobre o sistema de relações de trabalho das empresas alvo chinesas, bem como os desenvolvimentos dos acordos coletivos, as eleições sindicais a nível do local de trabalho e a "reforma" de outros sindicatos na China.
- Explorar o envolvimento com as sucursais Provincial ou Municipais da ACFTU (por exemplo, província de Guangdong Shenzhen ou sindicatos municipais) ou sindicatos empresariais que têm mostrado passos positivos no que respeita a representante sindicais para as eleições e de negociação coletiva.
- Realizar campanhas globais para colocar pressão sobre as EC chinesas, as agências governamentais apropriadas, os bancos e embaixadas chinesas em questões que afectam os trabalhadores da CE. Para que a China faça parte da comunidade internacional, deverá se comportar de acordo com as normas
- Explorar o envolvimento com a CHINCA através da associação internacional e europeia de contratadores, como a CICA e a FIEC e também através da Federação Internacional de Engenheiros Consultores, a FIDIC, que desenvolveu padrões internacionais comuns em contratos que incluem normas de trabalho. Explorar o envolvimento com as ONG's ligadas ao Sector Laboral Chinês, os Académicos e os Grupos de Advogados por meio de troca de informações; projectos de pesquisa conjuntos sobre o comportamento das EMN Chinesas; e a Assistência Jurídica e os Programas de Treinamento para os trabalhadores da construção civil dentro e fora da China.

Signed
World Board

Geneva, 16 May 2013

XI. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS DO ICM

BWI STRATEGIC OBJECTIVES

ORGANIZAR em projectos de infraestrutura, em obras públicas, em empresas multinacionais, e em operações florestais e nas indústrias da madeira em todo o mundo. O ICM apoiará os sindicatos a aumentar a adesão e a representação local de trabalho com uma abordagem "bottom up", com base nos direitos, nas estruturas fortes, uma clara agenda política e capacidade de organizar.

NEGOCIAR a nível global, nacional, industrial e também com os acordos de empresa nos nossos sectores e trabalhar através da rede de sindicatos mundial. O ICM vai ajudar a elevar os padrões sindicais por meio de acordos e fortalecimento dos sistemas de negociação coletiva para dar maior cobertura aos trabalhadores nos nossos sectores.

MOBILIZAR para influenciar as políticas através da advocacia global, da acção de solidariedade e de campanhas globais. O ICM irá apoiar os sindicatos a melhorarem a capacidade institucional e estabelecer estruturas tripartidas na indústria. O ICM apoiará significativamente o diálogo social e o desenvolvimento sustentável da política industrial..



XII. VISÃO, MISSÃO E OBJETIVOS DO ICM



VISION. A world with strong, independent, and democratic trade unions in the building and timber trades, where all workers have equitable access to stable jobs, fair wages and safe and healthy working and living conditions. We want to see an enabling environment for trade unions, where international labour standards are promoted, implemented and enforced, and where social justice, gender equality and respect for trade union and human rights prevail.

MISSION. Our fundamental mission is to defend and advance workers' rights, and to improve working and living conditions in our sectors. The BWI, above all, has a rights-based approach. We believe that trade union rights are human rights and are based on equality, solidarity and democracy, and that trade unions are indispensable to good governance. The international labour standards of the International Labour Organisation (ILO), the Declaration of Fundamental Principles and Rights at Work and the Decent Work agenda of the ILO is a trade union agenda in our sectors. We demonstrate the positive contribution from organised labour, the "Union Effect" in achieving these development objectives and in making workers' rights a priority. Our trade union networks are ready to confront exploitative employment and labour practices and to stand up for the rights of all workers in the building and timber trades.

GOALS. To improve working and living conditions in the building and wood sectors and promote sustainable industrial development. Our global union of 12-million members from 351 affiliates in 128 countries commit to:

- **Promote and defend human and trade union rights.** Demonstrate the positive "Union effect" in achieving sustainable development and Decent Work through campaigns, networking, communications and development projects.
- **Increase trade union strength.** Provide support for constant growth of trade union membership among formal and informal workers and improve trade union capacity to represent workers in sectoral policy, collective bargaining and workplace organising activities.
- **Promote a stable and high level of employment in our sectors.** More direct employment and wider collective bargaining coverage is essential to guarantee trade union and employment rights, living wages for men and women, proper working hours, good standards of health, safety and welfare, and skills development to minimise the health risks for workers and to maximise their employability and quality of work. BWI will combat social dumping caused by heightened competition between companies on wages and working conditions.
- **Influence policy and strengthen the capacity of institutions and tripartite structures in our sectors.** Aim to improve employment and labour practices, and to promote, implement and enforce labour standards through tripartism, social dialogue and sustainable industrial policy development. Provide support for greater trade union participation in the decision-making processes.

BWI PRIORITIES 2014 - 2017



2018 - 2021 STRATEGIC ACTIONS

BUILD!

- Organise unions and recruit members
- Continue **pilot organising projects** in BWI engine countries and sub-sectors
- Develop **membership retention** strategies with affiliates
- Organise company and trades-based **networks**
- Assist in strengthening **legal and para-legal capacities** of affiliates
- Use other tools to reinforce union organising like IFAs, **child labour** programme, social security provisions and welfare boards, and migrants advocacy
- Update studies on BWI industries and on focus groups like women and youth
- Create a **knowledge base** on the BWI industries and value chains
- Facilitate greater **ownership and role of affiliates** from MNC home country

DEFEND!

- Push employers into basic mechanism of **binding agreements** – either through collective agreements or other pathways that retain trade unions as the workers representative
- Conduct **social audit and problem solving** thru IFAs
- Scale up the use **complaint mechanisms** in ILO, OECD, and forest and other commodity-based certification systems
- Sustain **social dialogue** with counterparts in the industry and the governments as well as other stakeholders
- Continue to **negotiate-lobby** the global sports bodies on workers' issues
- Deepen and institutionalise the significance and broaden the actions around **major workers' days** like May Day, 8th of March and 28th of April

ADVANCE!

- Build cases and pressure through **investigations and exposé**
- Conduct **rights-based campaigns** and representation work
- Intensify **urgent actions** on trade union rights violations through public pressure and representation
- Formulate reform agenda and build alliances for **labour law reforms**
- Advocate for strict enforcement of **labour clauses** at all levels
- Lobby and advocate for **labour standards and workers' rights** before Governmental, Inter-Governmental and International Bodies including on Trade Blocs and Agreements
- Use **new and creative campaign actions** at national and international levels



UNIONS
MAKE A DIFFERENCE!!
UNIONS

XIII. CONVERGÊNCIA DE ICM



1. DIREITOS PARA TODOS

A BWI trabalhará na ampla área dos direitos humanos e dos trabalhadores. Este é um desafio multidimensional que afeta o trabalhador individual, a expressão coletiva que é o sindicato e o tecido social como abuso e exploração contínua no mundo do trabalho. O pleno exercício dos direitos sindicais garante condições de trabalho dignas dos trabalhadores e proporciona uma vida melhor às suas famílias. Ele cria uma sociedade justa e, ao mesmo tempo, reforça o poder dos sindicatos para representar seus membros e o resto da classe trabalhadora. Para a BWI, os direitos só podem ser garantidos por um movimento sindical forte, autônomo, independente e verdadeiramente representativo a nível nacional e internacional.

2. TRABALHO SEGURO

As indústrias BWI estão no topo da lista "perigosa, mortal e difícil". De verificar equipamentos para defender políticas, a BWI e seus membros terão um papel central para garantir que os locais de trabalho não matam, prejudiquem ou tornem os trabalhadores doentes. Com milhões de mortes a cada ano, não podemos ressaltar a centralidade da OHS no trabalho sindical. De construir casas para estádios e cortar árvores para montar uma cadeira, podem ocorrer acidentes e lesões. Mas eles são evitáveis e a BWI vê isso como parte do sistema e mudança de cultura que continuará a prosseguir nos próximos 4 anos.

3. JUVENTUDE EM UNIÕES

A geração sucessora deve começar com a participação sindical e até mesmo participar da liderança. O treinamento de liderança e o fornecimento de estruturas para sua participação na vida sindical estabelecerão as bases para o futuro do movimento. O sindicalismo é uma luta intergeracional que deve integrar novos círculos eleitorais e, ao mesmo tempo, lutar pela aposentadoria segura dos trabalhadores.

4. IGUALDADE DE GÊNERO

A igualdade de gênero é um objetivo da BWI, mas será ancorado no conceito de justiça no campo do trabalho e das sociedades. Devem ser prosseguidas as políticas e práticas não discriminatórias, incluindo o acesso das mulheres aos empregos nas indústrias BWI.





Integração das mulheres nas estruturas sindicais, criando políticas organizacionais e agendas que atendam à equidade de gênero, e a promoção de seu emprego nas indústrias BWI deve ser operacionalizada.

5. INDÚSTRIAS SUSTENTÁVEIS

As indústrias sustentáveis estão ancoradas em empregos dignos e seguros. A BWI deve envolver os parceiros sociais para garantir que a corrida para o fundo não seja a norma nos vários setores da BWI. Os padrões trabalhistas não são obstáculos para o empreendimento econômico e o fracasso na prática de responsabilidade corporativa pode causar danos à reputação e até mesmo consequências legais. A BWI deve envolver fortemente os órgãos e mecanismos internacionais de definição de padrões, ao mesmo tempo que impulsionar o capital - especialmente os principais atores das indústrias - para se comportar de forma socialmente responsável e sustentável.

6. JOGOS FAIR

BWI Sports Campaign é criada um quadro de ação de união inovadora. Isso continuará à medida que os ganhos dos últimos anos criaram mais possibilidades institucionais de negociações. Mas isso será prosseguido com base no trabalho básico de organização sindical, envolvendo países de acolhimento e organismos esportivos globais, bem como profissionalizando um sistema de inspeção do trabalho para instalações esportivas e infra-estruturas relacionadas.

7. CADEIAS DE VALOR ORGANIZADAS

O impacto das empresas multinacionais no mercado de trabalho global é enorme. Alguns jogadores grandes e móveis em nossas indústrias assinaram IFAs com BWI. Mas os comportamentos corporativos dessas multinacionais em outros países são deploráveis. A organização da cadeia de valor da oferta e uma coordenação mais forte devem ser realizadas para uma maior pressão.

"Os africanos estão a perguntar se a China está a fazer o seu almoço ou a comê-lo?"





ESCRITÓRIO REGIONAL: 30 Basson Street, Glenvista 2091, South Africa, T: +27 11 682 3091, E: afro@bwint.org

SEDE: 54 Route de Acacias, CH – 1227, Carouge, Switzerland, www.bwint.org

